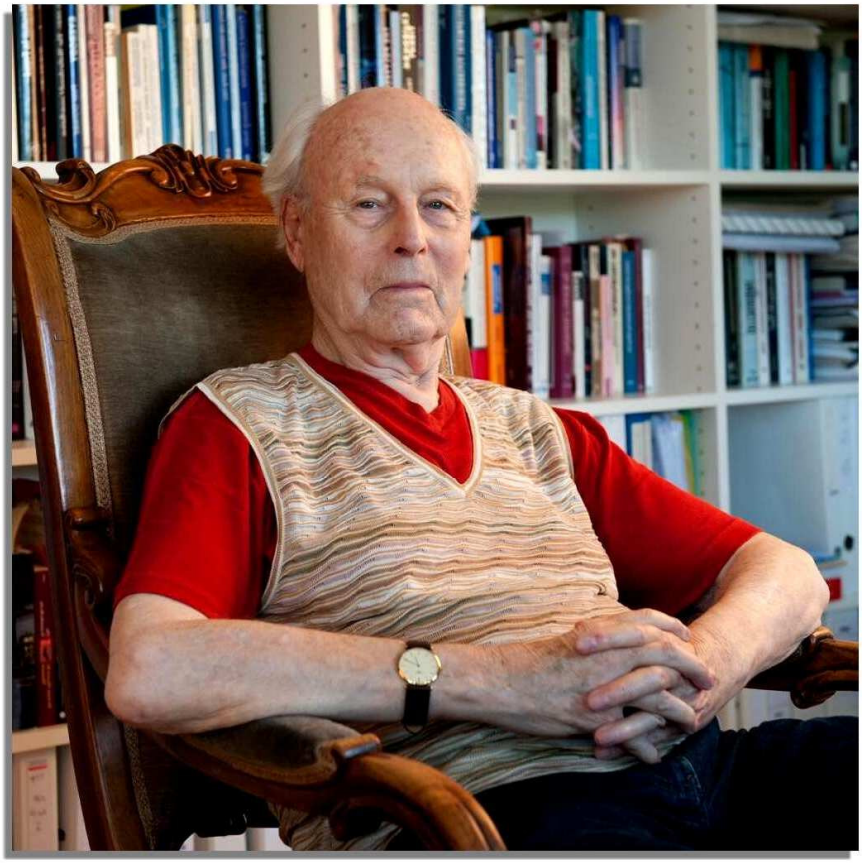
REVISTA unisan

Ciências Humanas



David Boadella
1931 - 2021

ISSN 1980 -1742
Ano 16 – Número 38 – Dezembro de 2021

Todos os direitos desta edição estão reservados*

REVISTA

unisan

CIÊNCIAS HUMANAS

Ano 16, Número 38, Dezembro de 2021
ISSN 1980-1742

FICHA TÉCNICA

Reitor da UNISAN	Anunciato Storópoli Neto
Assessor da Reitoria	Gabriel Sassi Storópoli
Conselho Editorial	Antonio V. B. Mota Fº - UNICAMP/ École des Haut Étude en Science Sociale (Paris) Gabriel Sassi Storópoli - UNISAN Silvia Sassi Storópoli - UNISAN
Corpo Editorial	Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Jorge Luiz Barros da Silva Paulo de Tarso Santini Tonon
Edição e editoração	Paulo de Tarso Santini Tonon

unisan
centro universitário sta rita

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001
http://www.santarita.br
Telefone (11) 2241 – 0777

** permitida a livre reprodução e divulgação, desde que a fonte seja adequadamente citada*

CAPA

David Boadella (nascido em 6 de julho de 1931 em Londres e falecido em 19 de novembro de 2021 em Heiden na Suíça) foi professor, psicoterapeuta e fundador da biossíntese – linha psicoterapêutica corporal.

Mudou-se para Heiden, na Suíça em 1988, onde ao lado de sua segunda esposa, Dra. Silvia Specht Boadella, dirigiu um centro de estudo e treinamento para terapeutas na abordagem que criou até a sua morte, em novembro de 2021.

Boadella estudou Educação, Literatura e Psicologia. Concluiu em 1963 a graduação como professor em uma escola em Abbotsbury / Dorset. Casou-se com a autora inglesa Elsa Corbluth e viveu em Abbotsbury até a década de 1980. Durante aquele período, seu interesse e sua atividade se voltaram cada vez mais para a psicoterapia, da qual fazia sua principal ocupação. Uma virada decisiva para mergulhar profundamente no mundo da saúde e da transformação da consciência ocorreu em 1988, quando se casou com Silvia Specht, teve com ela um filho - Till - e se mudou para a Suíça.

No início dos anos 1950, Boadella conheceu o arquiteto, sociólogo e educador – na proposta de Alexander S. Neill - Paul Ritter e sua esposa, a bióloga Jean Ritter. Ambos experimentaram a vegetoterapia de Wilhelm Reich e, em 1954, fundaram o Orgonomic Functionalism, uma revista em estênceis em Nottingham até 1964, dedicada ao trabalho de Wilhelm Reich, mas que não foi completamente validada por Reich.

Naquela revista, publicou vários artigos sobre tópicos diversos. O estudo de Boadella sobre D. H. Lawrence, *The Spiral Flame*, foi publicado inicialmente como série. Naquele trabalho, Boadella justapunha percepções fundamentais de Lawrence e de Reich, buscando a sinergia entre as ideias de ambos. Boadella foi, ao lado de Paul Ritter, o mais importante colaborador daquela revista por mais de uma década, na qual todo o espectro da obra de Reich foi tematizado. Além de artigos literários, resenhas de livros e poemas curtos, ele também escreveu relatórios sobre seus próprios experimentos biofísicos sobre efeitos orgonóticos. A monografia *Wilhelm Reich - a evolução de sua obra*, que surgiu em 1973 e foi traduzida para várias línguas, emergiu de suas décadas de intensa preocupação com a vida e a obra de Reich e é ainda uma das principais obras sobre a vida e o trabalho de Reich.

Depois que os Ritters se mudaram para Perth, na Austrália em 1965, Boadella buscou aperfeiçoar suas habilidades como psicoterapeuta corporal e realizou um treinamento em vegetoterapia caráctero-analítica com Ola Raknes, pesuisador norueguês do trabalho de Wilhelm Reich, além de vários outros psicoterapeutas corporais. Em 1988, concebeu sua própria abordagem terapêutica, a qual chamou de Biossíntese, com sede em Heiden, na Suíça.

Boadella fundou a revista Energy & Character em 1970, que desde 1990 é também publicada em Alemão.

Em 1995, tornou-se Doutor *honoris causa* da International Open University for Complementary Medicine de Colombo - Sri Lanka, por suas pesquisas e serviços no campo das psicoterapias corporais.

Desde 1985, quando se mudou para a Suíça, ele e a Dra. Silvia Specht Boadella, codiretora do Instituto de Biossíntese IIBS em Heiden, ministraram cursos de treinamento para terapeutas de mais de vinte países – entre eles a República Tcheca, Rússia, Chipre, Grécia, Israel, Alemanha, França, Portugal, Espanha, Brasil, Chile e Argentina.

Em 1989 Boadella foi eleito como o primeiro Presidente da Sociedade Européia de Psicoterapia Corporal EABP. Em 1997 se tornou presidente do Comitê de Validação Científica da European Association for Psychotherapy EAP, que define os parâmetros para todos os métodos reconhecidos na Europa.

BIOSSÍNTESE, A INTEGRAÇÃO DA VIDA

Paulo de Tarso Santini Tonon

O mundo da psicoterapia corporal se despediu, em 19 de novembro passado, do último de seus mestres vivos. David Boadella faleceu em Heiden, na Suíça, cidade em que fundou em 1985 e manteve em parceria com sua esposa, a Dra. Silvia Specht , o Centro de Cursos da Biossíntese.

Sua formação como professor se alimentou profundamente de suas reflexões e pesquisas acerca da saúde mental. Boadella concebeu, num encontro dialético entre a abordagem analítica reichiana e a visão existencialista / humanista, uma abordagem psicoterapêutica profunda, que não se apóia em técnicas, mas no desenvolvimento de uma atitude especial do terapeuta, que visa constituir sua relação com seu cliente, num campo de transformação.

Embora de bases profundamente reichianas, suas concepções transcendiam a luta contra as resistências e foram muito além do confronto com as afecções emocionais e psicológicas. O princípio angular da Biossíntese é a inclusão e o acolhimento. Acolhimento daquilo que nos constitui como seres humanos e a inclusão de nossas dificuldades como parte indissociável de nós mesmos e, dessa forma, busca promover a transformação dessas dificuldades em recursos para uma existência mais plena.

Em concordância com seu amigo Stanley keleman – também nascido em 1931 em Nova Iorque – Boadella se propõem construir a quatro mãos com seu cliente, uma forma de realizar um melhor uso de si, mais integrado, funcional e operativo. Essa parceria profunda e amorosa, que é antes de tudo uma atitude de inclusão, se dá em um ambiente de ressonância, cuja profundidade vai muito além do conceito de transferência e contratranferência.

Para a implementação dessa ousada proposta de congregar corpo, mente e espiritualidade, Boadella manteve a Biosíntese aberta a todas as inovações da ciência e incorporou em suas reflexões e na sua prática clínica e pedagógica os conceitos das neurociências, da teoria polivagal e as contribuições da epigenética, dentre muitas outras ideias e saberes, que se amalgamavam, se renovavam e se expandiam, através dos muitos cursos que ministrou a terapeutas de diversas partes do mundo.

Para aqui dar voz a esse grande homem que acompanhou tantas vidas e tocou tantas mentes e corações com suas ideias e atitudes, partilho aqui um excerto de seu último poema – Eu e o corpo.

As pernas não caminham!
Elas só vão para onde lhes digo,
E sou eu quem escolhe o caminho.

A língua não fala,
Pois a língua não conhece nenhuma linguagem.
Sou eu que falo para ti.

Quem pensa?
Não é o meu cérebro.
Ele só carrega os meus pensamentos.
Sou eu quem pensa e vive os sentidos e os significados.

Quando a luz se apaga, a minha sombra desaparece;
Quando a vida se apaga, o meu corpo desaparece...
Quem morre?
Eu não!

David Boadella

APRESENTAÇÃO

A Revista UNISAN é uma publicação eletrônica do Centro Universitário Santa Rita, que objetiva o desenvolvimento e a democratização do acesso ao conhecimento. Compreendemos como nossa missão levar ao conhecimento do mundo acadêmico, trabalhos de nossos professores e pesquisadores da nossa e de outras instituições de ensino superior, além de trabalhos de alunos que, em parceria com seus orientadores, se destacaram em qualidade e importância.

Nesta edição honramos a vida e a obra de David Boadella o ultimo dos mestres das psicoterapias corporais, que faleceu na Suíça em novembro deste ano.

Boa leitura, Boas Festas e até o próximo ano!

O editor

SUMÁRIO

ARTIGOS

1- **O PROCESSO DE LUTO E A RETOMADA DA VIDA**
Paulo de Tarso Santini Tonon..... *6*

2 – **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BARRAGENS DE REJEITOS: PROJEÇÕES FUTURAS APÓS OS ACIDENTES DE SARAMAGO E BRUMADINHO**
Alex Sandro Tomazini..... *12*

3- **A IMPLEMENTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO BRASIL: O IMPACTO NA VIDA DO CONTRIBUINTE E O DIREITO TRIBUTÁRIO NACIONAL**
Beatriz Toledo de Moraes e Moura.....*21*

4 – **A CONSTRUÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE NO VÍNCULO TERAPÊUTICO COM UM PACIENTE TRANSPLANTADO RENAL**
Vanda Márcia Silva Ferreira..... *32*

COMUNICAÇÃO TEÓRICA

A Biossíntese de David Boadella *41*

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO.....*48*

O PROCESSO DE LUTO E A RETOMADA DA VIDA

Paulo de Tarso Santini Tonon

Graduado em Psicologia, Mestre em Arte e Saúde pela pela Universidade de São Paulo, Especialista em Psicoterapia de Abordagem Corporal pelo Sedes Sapientiae, Analista Bioenergético pelo IABSP, Terapeuta Somático pelo IBB, Especializando em Tanatologia pela RNT e Neuropsicologia pela FAVENI. Docente do Curso de Psicologia da UNISAN.

pttonon@gmail.com

RESUMO

Este artigo se propõe a refletir sobre a natureza do luto e sua função emocional, psicológica e social. O luto como processo, se dá na vida das pessoas, famílias, grupos e nações inteiras, em ocasiões nas quais ocorrem perdas significativas e importantes, não apenas pela morte, mas também por profundas alterações nas condições de vida, mudanças relevantes e perdas de situações, pessoas e objetos que têm valor subjetivo para aquele ou aqueles que o perderam. O processo de luto atravessa fases, nem sempre bem delimitadas e que nem sempre acontecem numa ordem determinada. Pode evoluir para sua elaboração e finalização, como também para formas complicadas, no qual não se elabora o luto, ou isso acontece parcial e desviadamente. As consequências das complicações no processo de elaboração do luto podem impactar não apenas a vida emocional e social das pessoas, mas produzir doenças graves e levar à depressão e ao suicídio. Situações e condições que podem complicar o luto derivam de fontes diversas. A qualidade da relação que se mantinha com o objeto da perda, as condições da perda, as crenças pessoais, as consequências econômicas e sociais que decorrem do acontecido, o suporte de que se dispõe, os recursos do sujeito e suas habilidades adaptativas. De todo modo, o processo de luto deve ser compreendido como análogo ao processo de recuperação de um ferimento físico e da restauração das funções fisiológicas – portanto, como forma de resgate do equilíbrio e do curso normal da vida. Para tanto, observamos ser necessário que algumas tarefas se cumpram, sendo a última justamente, a retomada da própria vida, o que possibilita que se siga em frente.

***Palavras-chave**: Perdas, Luto, Fases do Luto, Tarefas do Luto, Complicações do processo de luto.*

ABSTRACT

This article aims to reflect on the nature of grief and its emotional, psychological and social function. Grief as a process takes place in the lives of people, families, groups and entire nations, on occasions when significant and important losses occur, not only due to death, but also due to profound changes in living conditions, relevant changes and losses of situations , people and objects that have subjective value for the one or those who have lost it. The grieving process goes through phases, not always well defined and not always taking place in a determined order. It can evolve towards its elaboration and completion, as well as into complicated forms, in which mourning is not elaborated, or it happens partially and deviantly. The consequences of complications in the mourning process can impact not only people's emotional and social lives, but produce serious illnesses and lead to depression and suicide. Situations and conditions that can complicate grief stem from different sources. The quality of the relationship that was maintained with the object of the loss, the conditions of the loss, personal beliefs, the economic and social consequences arising from the event, the support available, the subject's resources and adaptive abilities. In any case, the grieving process should be understood as analogous to the process of recovering from a physical injury and restoring physiological functions – therefore, as a way of restoring balance and the normal course of life. Therefore, we observe that it is necessary for some tasks to be fulfilled, the last being precisely the retaking of one's own life, which makes it possible to move forward.

***Keywords:** Losses, Grief, Grief Phases, Grief Tasks, Complications of the Grief Process.*

INTRODUÇÃO

O luto é um processo de externalização do pesar através de signos e comportamentos. Era comum nos últimos séculos, que no ocidente as pessoas enlutadas se vestissem de preto, como forma de assinalar terem sofrido uma perda importante e principalmente, como expressão da dor que tal perda lhe havia provocado. Existem também sinais de luto coletivo – o mais conhecido entre nós é a bandeira hasteada a meio-pau. Conta a história, que a Rainha Vitória, depois da morte de seu esposo em 1861, passou a se vestir com roupas da cor preta e continuou a fazê-lo por quarenta anos.

Essa possibilidade de expressão da tristeza e da dor e seu reconhecimento por parte do grupo social a que a pessoa pertence é, sem dúvida, um elemento importante para a superação do transe, mas o luto não é tão somente um rito social. É antes de tudo, um processo interno de superação de uma perda significativa. Implica numa reorganização emocional, na medida em que o investimento afetivo e os significados que foram atribuídos ao que se perdeu, exigem a reconfiguração de seu estar no mundo e, muitas vezes, da própria identidade do sujeito enlutado.

O luto não é um estado em que a fragilidade e a vulnerabilidade da pessoa enlutada se torna evidente, mas sim um processo de reorganização, necessário à manutenção da saúde emocional, psicológica e física de alguém acometido pela perda de algo ou alguém que lhe era importante – e que continuará a sê-lo. Os elementos que podem determinar se tal processo caminhará para uma solução adaptativa sadia ou se resultará em estagnação, isolamento e perda de saúde e/ou da qualidade de vida do indivíduo que o atravessa, merecem nossa atenção, compreensão e necessário detalhamento. Passemos então, a examinar as características desse processo e os elementos que interferem em seu curso.

A DURAÇÃO DO LUTO

O processo de luto não tem tempo certo, nem duração definida, pois depende de fatores diversos. Podemos definir que o luto está terminado – e bem elaborado, quando a pessoa pode voltar a reinvestir suas emoções na vida e no viver.

Outra forma pela qual podemos avaliar o processo de luto, se baseia na realização e completamento das tarefas do luto:

- 1ª – *aceitar a realidade da perda*;
- 2ª – *elaborar a dor da perda*;
- 3ª – *adaptar-se à falta da pessoa, situação ou condição perdidas*;
- 4ª – *ressignificar e reconfigurar emocionalmente o objeto perdido e continuar a viver*.

Evidentemente, podemos adulterar o cumprimento de tais tarefas de várias maneiras. Podemos lançar mão de várias formas de negação da perda; observamos ainda, que isolar-se da dor da perda é um subterfúgio adotado por muitos. Quanto a isso, os valores ocidentais do século XXI tendem a favorecer tal atitude; espera-se hoje em dia que o luto se resolva rapidamente e de uma vez. Uma convivência baseada na produção e no consumo não costuma dar lugar à tristeza e ao recolhimento, classificando tal postura como mórbida e autoindulgente.

> "Dar lugar ao luto é uma atitude estigmatizada como mórbida, não saudável, desmoralizante. A própria ação de um amigo e alguém de bem é sentida como sendo uma distração para que a pessoa em luto saia deste" (GORER, 1965, p.130).

Quanto à adaptação à perda, muitas vezes podemos observar pessoas que, buscando assumir os papéis deixados por alguém que faleceu, não se saem bem num primeiro momento e mergulham numa crise de impotência e baixa autoestima.

Dependendo do tipo de relacionamento mantido com a pessoa ou situação que se foi, a adaptação aos papeis e atividades que o objeto perdido proporcionavam podem impactar sobre o próprio sentido e percepção do *Self*. Muitas vezes as pessoas promovem seu próprio desamparo ao resistirem a desenvolver as habilidades necessárias, se isolando e se negando a atender às exigências do ambiente.

Para algumas pessoas, a quarta tarefa é a mais difícil de ser realizada. Em alguns casos, a dor da perda passa a ser a representação da existência daquilo que foi perdido e seguir em frente se torna impossível, na medida em que realizaria a perda de forma definitiva e irreversível.

AS FASES DO LUTO

Segundo a psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross nos contou em seu livro "Sobre a Morte e o Morrer"(1969), o processo de luto percorre cinco estágios, que podem ou não, se dar na seguinte ordem:

- *negação,*
- *raiva,*
- *negociação,*
- *depressão e*
- *aceitação*.

O primeiro estágio, também caracterizado por atordoamento, confusão e isolamento, tem a função de promover amortecimento momentâneo frente ao impacto da má notícia. Funciona como proteção temporária e só deve ser visto como fator complicador do luto se houver permanência e cristalização de tal atitude.

A saída desse estágio inicial de introspecção e negação, dá lugar à revolta e à raiva. Por vezes, as pessoas que atravessam esse estágio podem se mostrar agressivas e por vezes, hostis. Por mais que tais comportamentos possam se tornar atritivos às relações do enlutado, essa fase é necessária à elaboração da perda. Contudo, a permanência de tal estado pode paralisar o processo e se constituir numa complicação.

Na verdade, o enlutado deseja apenas que a perda se reverta. Observamos aqui um ressurgimento do pensamento mágico infantil – qualquer discurso que não ofereça ao enlutado a possibilidade do retorno do objeto perdido, pode ser sentido como ofensa aos seus sentimentos e à sua dor. É essa a base do terceiro estágio, no qual o enlutado negocia consigo mesmo o com o ambiente. A busca é a de se promover um retorno no tempo, através do qual se poderia evitar o acontecido. Tal atitude, na verdade encobre um sentimento secreto e inconsciente de culpa, a partir da crença de que o enlutado poderia ou deveria ter feito algo que não fez, ou deveria ter deixado de fazer algo que efetivamente fez.

Quando essas tentativas de barganha inevitávelmente fracassam, sobrevem a depressão, que pode ter qualidade reativa ou preparatória. A depressão reativa pode levar à resistência quanto a desenvolver habilidades necessárias e/ou assumir novos papéis para se adaptar às exigências da nova vida. Por outro lado, a depressão preparatória permite ao sujeito iniciar o processo de aceitação da realidade da perda e promover o abandono gradativo de estratégias regredidas, que narcísica e onipotentemente buscam mudar a realidade dos fatos que o atingiram.

Na última etapa, a da aceitação, a pessoa enlutada pode adquirir a serenidade necessária para acolher seus sentimentos e emoções. Pode nesse estágio compreender a realidade e a irreversibilidade de sua perda e lidar de forma mais direta com suas frustrações e com as dificuldades que enfrenta, buscando soluções possíveis e ajustadas ao seu ser.

LUTO NORMAL E LUTO COMPLICADO

> O luto, de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido como o país, a liberdade ou o ideal de alguém e assim por diante. Em algumas pessoas, as mesmas influências produzem melancolia em vez de luto; por conseguinte, suspeitamos de que essas pessoas possuem uma disposição patológica. Também vale a pena notar que, embora o luto envolva graves afastamentos daquilo

> que constitui a atitude normal para com a vida, jamais nos ocorre considerá-lo como sendo uma condição patológica (...) (FREUD, 1917, p. 249)

Podemos perceber pela afirmação de Freud, que o que poderíamos considerar como luto normal, estabelece condições de "grave afastamento" daquilo que consideramos atitudes normais e adequadas. Dessa forma, compreendemos que o processo de luto envolve um estado alterado da consciência do enlutado.

Uma criança de pouca idade, frente à perda de sua mãe, por exemplo, não exibirá nenhum pudor em perguntar com frequência "quando mamãe vai voltar?". Um adulto enlutado tem plena noção de que tal atitude é descabida, embora mantenha a mesma atitude de forma secreta e silenciosa.

Procurar pelo objeto perdido nos lugares onde ele podia ser encontrado, chamar pela pessoa, esperar que ela entre pela porta e reconhecê-la entre os transeuntes, são acontecimentos completamente normais, que ocorrem com praticamente todas as pessoas durante o processo de luto – pelo menos por algum tempo. Acontecimentos bizarros como se esquecer do rosto da pessoa morta – às vezes por semanas ou meses – também faz parte das possibilidades de tal processo.

Dessa forma, podemos concluir que a diferença entre o luto normal e o complicado não se fundamenta pelos comportamentos, frequentemente irracionais e distanciados da realidade apresentados pelas pessoas enlutadas, mas pela paralização do processo do luto. A longa permanência em uma fase ou tarefa ou a cristalização de um comportamento de negação, revolta ou barganha ou ainda a persistência na atitude de resistência à adaptação às condições de vida que se impuseram pela perda é que configuram o luto complicado ou patológico.

FATORES COMPLICADORES DO LUTO

As condições em que a perda aconteceu, assim como as características do relacionamento mantido para com o objeto perdido, são fatores determinantes dos possíveis caminhos que o processo do luto poderá percorrer.

Podemos aqui citar a qualidade do apego que se estabeleceu para com o objeto perdido, se o enlutado era o cuidador de quem se foi ou se, pelo contrário, mantinha para com ele ou ela, uma relação de profunda dependência.

A forma como a perda se deu – de forma inesperada ou violenta, ou em um processo de longa duração, profundamente desgastante.

No caso do luto por morte, a forma da morte é um fator importante. Falacimentos que se dão por acidente ou homicídio são fortemente impactantes. O mesmo se dá, de forma mais grave, nos casos de suicídio. De todo modo, a morte por doença grave, longa e incapacitante pode levar a dificuldades no processo de elaboração do luto, assim como nas demências, nas quais se configura a ambiguidade quanto à presença da pessoa.

Outras formas de perda ambígua ocorrem nos acidentes aéreos nos quais o aparelho – e portanto os corpos – não são localizados. O mesmo acontece nas mortes em campo de batalha, quando o corpo do soldado que tombou em combate não é entregue à família. As mortes em decorrência da pandemia da Covid-19 também configuram perdas ambíguas, pois os caixões são entregues lacrados às famílias, que dessa form, não podem ter a certeza de que o corpo dentro dele é de fato o do seu ente querido.

As perdas múltiplas, nas quais ocorre a morte de vários membros da mesma comunidade – como no incêndio da boate Kiss - da mesma agremiação – como o acidente do avião da Chapecoense - ou da

mesma família, torna mais difícil a elaboração da perda, pela magnitude do impacto que representou.

Da mesma forma, as mortes que poderiam ter sido evitadas – normalmente decorrentes de suspeita de erro médico, por diagnóstico equivocado ou tratamento inadequado – podem levar a longas disputas judiciais e prolongar perigosamente o processo de luto.

Outro fator complicador do luto é o que se dá em casos em que a morte é estigmatizada. Podemos pensar em como se daria o processo de luto dos familiares de alguém que foi executado pela justiça, depois de ter sido condenado à morte por estupro seguido de homicídio, por exemplo. Como empatizar com o dor daqueles que perderam alguém que era odiado pela comunidade? E as mortes pela AIDS no final da década de 1980, quando a doença era chamada de "peste gay" e envolvia relacionamentos muitas vezes secretos e pouco aceitos pela comunidade?

Da mesma forma, a morte de amantes que compõem relacionamentos extra-conjugais, obrigam o enlutado ao silêncio sobre sua perda e à dissimulação de sua dor.

Esses são alguns dentre os vários cenários dos quais decorrem complicações para o processo de luto e que, muitas vezes são merecedores de intervenção psicoterapêutica especializada – a chamada terapia de luto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que se compreenda que o luto não é uma doença, mas um processo que, tanto pode significar a cicatrização de um ferimento na alma, como algo profundamente desestabilizante e patogênico, no caso de apresentar complicações importantes.

A educação sobre a morte e as perdas pelas quais todos passamos no transcurso de nossas vidas é algo que se apresenta como quase completamente ausente, inclusive em cursos de formação de carreiras que, por seus misteres, lida diretamente com a finitude da vida, em todas os países do mundo.

A compreensão do processo do luto e a criação de uma atitude empática frente àqueles que atavessam tal processo é uma necessidade de saúde pública, posto que esse processo, quando não encaminhado de forma adequada pode levar à incapacitação afetiva, social e laboral.

Dentre os fatores complicadores do luto, os valores de nossa sociedade capitalista, voltada à produção e ao consumo se mostra um importante elemento de negação, adiamento e de desvalorização dos sentimentos e emoções decorrentes das perdas a que todos estamos expostos.

A formação de profissionais de todas as áreas, ligadas ou não diretamente às situações de perda e de morte, deveria ser acrescida da educação para a morte e da adequada compreensão dos processos de luto, constituindo um medida de prevenção primária no contexto da saúde da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSS, P. *in* WALSH, F. e MCGOLDRICK, M. Morte na Família: Sobrevivendo às perdas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BOWLBY, John. Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ENGEL George Libman. Is grief a disease? A challenge for medical research. Psychosom Med. 1961 Jan-Feb;23:18-22. doi: 10.1097/00006842-196101000-00002. PMID: 13696798.

FREUD, Sigmund Schlomo. Luto e Melancolia (1917) *In:* Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud Vol. XIV, pp. 249-263.

GORER, Geoffrey Edgar Solomon. Death, Grief, and Mourning in Contemporary Britain. London: Cresset Press, 1965.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. Sobre a Morte e o Morrer. [4ª ed.] São Paulo: Martins Fontes, 1969.

PARKES, Colin Murray. Bereavement : studies of grief in adult life. New York : International Universities Press, 1972.

WORDEN, William. J. Terapia do luto. Um manual para o profissional de saúde mental. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BARRAGENS DE REJEITOS: PROJEÇÕES FUTURAS APÓS OS ACIDENTES DE SARAMAGO E BRUMADINHO

Alex Sandro Tomazini

Graduado em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017), Doutor em Ciências da Educação pela Saint Peters College. Mestrando em Ciências da Educação pela University of Athens e no curso Governo, Estado e Políticas Públicas na Universidade Latino Americana de Serviço Social.

alextomazini@bol.com.br

RESUMO

A indústria de mineração é um dos principais indicadores econômicos no Brasil, explorando recursos minerais em larga escala nas diversas jazidas que estão dispersas no território nacional, esse setor é capaz de sustentar boa parte do crescimento econômico e social. Empresas como a Vale do Rio Doce, fazem parte desse mercado, gerando diversos empregos e também possibilitando crescimento na indústria de base, por intermédio da utilização desse minérios. A quantidade de falhas em barragens de rejeitos dobrou nos últimos vinte anos. Essa realidade é consequência dos avanços de tecnologias voltadas à mineração, aumentando a exploração, e a quantidade de acúmulo de materiais nessas estruturas, assim, ocorre o aumento da pressão nas instalações nessas barragens, corroborando em problemas que trazem um impacto ecológico considerável, além de ceifar vidas humanas.

***Palavras-chave**: Cidades. Meio Ambiente. Rejeitos de mineração; Segurança ambiental.*

ABSTRACT

The mining industry is one of the main economic indicators in Brazil, exploring mineral resources in large scale in the several deposits that are dispersed in the national territory, this sector is capable of sustaining a good part of the economic and social growth. Companies such as Vale do Rio Doce, are part of this market, generating several jobs and also enabling growth in the basic industry, through the use of these ores. The number of failures in tailings dams has doubled in the last twenty years. This reality is a consequence of the advances in mining technologies, increasing the exploitation, and the amount of material accumulation in these structures, thus increasing the pressure on the facilities in these dams, corroborating problems that bring a considerable ecological impact, in addition to claiming human lives.

***Keywords**: Cities; Environment;. Mining tailings; Environmental safety.*

1. INTRODUÇÃO

O aumento do acúmulo de metais pesados no meio ambiente, através das famigeradas barragens de dejetos por essas atividades de mineração, vem contribuindo para a deterioração ambiental, principalmente nas últimas décadas. Além disso, existe a formação de uma lama tóxica, que é produzida através do enriquecimento da lama natural, com os cátions desses metais. É de primeira importância que a gestão desses resíduos seja feita por engenheiro responsável e especialistas em dejetos dessa natureza, a negligência nesse processo pode corroborar em acidentes irreparáveis, como é o caso do rompimento da barragem de Mariana, em novembro de 2015 e também da ainda mais dolosa tragédia em Brumadinho. Diversos biólogos associaram o acidente de Mariana ao surto de febre amarela que ocorreu anos depois, devido ao desequilíbrio ambiental abarrotado naquela região, influenciando negativamente o efeito diluição do vírus.

O acúmulo desses metais pesados nessas barragens tem sido potencializado com o crescimento do país em consonância a uma economia exportadora, com isso, é necessário estudar técnicas para conseguir uma gestão adequada desses resíduos, ou através de processos construtivos, como a substituição da argamassa para a construção da barragem por geopolímeros, que possuem uma resistência a compressão bem maior do que o concreto habitual e contribuem para maior segurança dessas estruturas a rompimentos como o *pining*, que se trata de uma ruptura interna tubular no corpo da barragem ou escavações no pé do talude. Outra via interessante é o tratamento químico dos rejeitos, que também será abordado nessa pesquisa (SANTAMARINA; TORRES-CRUZ, L.A., BACHUS, 2019.

A metodologia aplicada nesse artigo será exploratória e descritiva, isto posto, será baseada em uma pesquisa bibliográfica em artigos, monografias e revistas sobre o assunto. As plataformas de pesquisa serão através de periódicos validados por pares da CAPES, que é o maior acervo acadêmico de pesquisa do Brasil, Scielo, Google acadêmico e também pelo Science direct, da *Elsevier*. A escolha do último devida a qualidade e atualidade dos trabalhos nessa plataforma. Por último, será feita uma análise gráfica dos principais esforços que corroboram para a ruptura de uma barragem de rejeitos, assim como as possíveis soluções para que esses problemas sejam atenuados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O setor de minérios brasileiro e a importância da gestão de resíduos em barragens de rejeito

O setor de extração de minérios possui grande relevância no território brasileiro. Na economia atual, esse segmento engloba 4,2 % do PIB e um quinto de toda a exportação. Ademais, esse ambiente de exploração mineral origina mais de 1 milhão de empregos diretos da nação – o que corresponde a quase 10% da esfera industrial - e ainda ligados ao alicerce de uma série de cadeias produtivas, através de produtos primários (BRASIL, 2010). O Brasil é responsável por aproximadamente 80 substâncias de origem mineral não energética, como é o caso do Nióbio, Hematita, Bauxita e manganês. Não obstante o território não esteja entre os produtores mais relevantes de uma série de substâncias, ele depende da exportação desses compostos, pois são de primeira importância para o desenvolvimento econômico (IBRAM, 2011).

Figura 1: Posição mundial do Brasil em relação a produção de minérios

Exportador importante	Exportador	Autossuficiente	Importador e produtor	Importador
Nióbio (1º) Minério de ferro (1º) Manganês (2º) Tantalita (2º) Grafite (3º) Bauxita (2º) Rochas ornamentais (4º)	Níquel Magnésio Caulim Estanho Vermiculita Cromo Ouro	Calcário Diamante industrial Titânio Cobre Tungstênio Talco	Fosfato Diatomito Zinco	Carvão metalúrgico Potássio Enxofre Terras raras

Fonte: (IBRAM, 2011).

É evidente que durante a execução da mineração, quantidade absurda de materiais é retirada do ambiente e é também manejada. Esse acúmulo de materiais ocorre de acordo com o amontoado do mineral na natureza, ou seja, em sua rocha matriz. No processo de mineração, os materiais são classificados em dois tipos: os estéreis e os rejeitos. O primeiro, diz respeito a compostos que são escavados, não têm valor econômico e, via de regra, são empilhados. No caso dos rejeitos, são advindos de procedimentos de beneficiamento dos componentes minerais. Essa medida possui o intuito de uniformizar o tamanho desses materiais, além disso, retira componentes que estão associados e que não possuem valor de mercado, aumentando a precificação, pureza do mineral extraído. Contudo, é através dos rejeitos que são criadas barragens para conseguir conter esses materiais, dando origem a fluídos tóxicos, enriquecidos com esses minérios. Essas barragens precisam de constante manutenção, pois um problema estrutural pode abarrotar no colapso dessa estrutura, resultando em acidentes de grandes proporções (OMACHI *et al*., 2018).

2.2 O código de mineração de 1964

O período militar foi talvez um dos períodos mais controversos da história do Brasil, tanto em relação a ameaça que esses anos trouxeram para o Estado democrático, quanto para a economia, diante de um crescimento econômico considerável, mas que não conseguiu se manter e foi precursor para uma das maiores recessões econômicas do país. Um dos segmentos que mais se desenvolveu foi a mineração, justamente pelo aumento de exportações, já que o Governo em questão buscava atrair capital estrangeiro (REIS, 2012).

Uma dessas medidas foi a criação do código de mineração, em 1964. Essa carta dava ênfase a relevância de incentivar a exploração de minérios para a exportação, para conseguir aumentar os valores cambiais no Brasil. Segmentando como principal envolvida nessas atividades a Companhia Vale do Rio Doce (que seria privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso) e certas empresas de capital próprio (SPOHR, 2010).

Em relação ao segmento mineral, foi promulgado:

> (...) o Governo estimulará e incentivará também a expansão de empresas privadas de mineração e exportação não constituindo objetivo do Governo a instituição de monopólio estatal, no reconhecimento de que: 1) a existência de diversas empresas mineradoras e exportadoras em condições de correta competição, contribuirá para que todas mantenham elevados níveis de eficiência, permitindo ao País aspirar maior participação no mercado mundial; 2) o Brasil terá maiores possibilidades de conquista de mercado, caso apresente aos consumidores de minério de ferro mais de uma alternativa para vias de transporte e portos de embarque de minério e com uma multiplicidade de empreendimento (...) (PEREIRA, 1967: 392-393. Grifos nossos).

2.3 NRM 2002 – Barragem e disposição de rejeitos

De acordo com a NRM (2002), o sistema de disposição de materiais é de primeira importância para o processo de mineração, é através desse procedimento que o material é depositado no solo, seja ele estéril ou de rejeitos. Ainda de acordo com a carta, é primordial anexar os parâmetros de segurança e a estabilidade desses materiais, tendo em vista atenuar problemas ambientais.

Outro posicionamento importante é que esses depósitos necessitam de mapeamento, ou seja, projetos que possuem toda a amarração topográfica e localização de todas as regiões em locais de lavra e mineração. Ademais, precisa estar presente todo o apanhado de estocagem, seja qual for o tipo do material, de acordo com a Portaria nº 12 de 22 de janeiro de 2002 (NRM, 2002).

De acordo com a NRM (2002), uma das medidas técnicas mais prementes em barragens de rejeitos é a adoção de medidas preventivas contra inundações e escape de água por cima da estrutura, além de possíveis rupturas. É necessário que a barragem seja executada com um projeto que utilize não apenas a diminuição de custos, é necessário tornar adequada a segurança laboral, controle ambiental e também a preocupação com aspectos ambientais, devido aos diversos problemas que esses materiais podem causar para a natureza.

A classificação dos rejeitos precisa ser elaborada em consonância a estrutura mineral do material e também da sua fonte de extração, visando evitar acidentes e também a viabilidade econômica dos componentes, além disso, essa disposição deve estar presente no Plano de Lavra (NRM, 2002). Outrossim a NRM (2002) permeia que, para evitar rupturas, o acúmulo de rejeitos precisa ser realizado com mecanismos de drenagem interna, de maneira que não ocorra a saturação de materiais dentro da barragem e o acesso aos locais de depósitos desses sedimentos, só devem ser frequentados por profissionais com conhecimento técnico no assunto, afim de evitar acidentes.

As seguintes regras devem ser seguidas para a orientação desses resíduos:

> Devem ser adotadas medidas para se evitar o arraste de sólidos para o interior de rios, lagos ou outros cursos de água conforme normas vigentes; b) a construção de depósitos próximos às áreas urbanas deve atender aos critérios estabelecidos pela legislação vigente garantindo a mitigação dos impactos ambientais eventualmente causados; c) dentro dos limites de segurança das pilhas não é permitido o estabelecimento de quaisquer edificações, exceto edificações operacionais, enquanto as áreas não forem recuperadas, a menos que as pilhas tenham estabilidade comprovada; d) em áreas de deposição de rejeitos e estéril tóxicos ou perigosos, mesmo depois de recuperadas, ficam proibidas edificações de qualquer natureza sem prévia e expressa autorização de autoridade competente; e) no caso de disposição de estéril ou rejeitos sobre drenagens, cursos d´água e nascentes, deve ser realizado estudo técnico que avalie o impacto sobre os recursos hídricos, tanto em quantidade quanto na qualidade da água; f) quando localizada em áreas a montante de captação de água sua construção deve garantir a preservação da citada captação; g) deve estar dentro dos limites autorizados do empreendimento e h) devem ser tomadas medidas técnicas e de segurança que permitam prever situações de risco (NRM, 2002).

2.4 Sistema de informações geográficas (SIG) utilizado para o monitoramento de barragens

Como mencionado em tópicos anteriores, o aumento no rompimento em barragens de rejeitos tem sido um problema que tem sido acentuado na última década. As tragédias ocorridas nos últimos anos fomentam como essa realidade vem trazendo uma série de problemas sociais e ambientais. Apesar desses entraves serem consequência do capitalismo e da negligência de empresas em relação as legislações ambientais (que também são insuficientes), os anos atuais também trouxeram diversas inovações tecnológicas, e uma delas é a projeção de

sistemas de informações geográficas (SIG), que podem servir como alicerce de controle e segurança dessas estruturas, evitando que o acúmulo de rejeitos e problemas estruturais perdurem (RAMOS, 2004).

Plataformas como o ArcGIS e o ESRI, podem emular uma estrutura em três dimensões da obra e os seus arredores, facilitando a inspeção e aparecimento de problemas. Além disso, também é possível processar dados em duas dimensões, para melhor gestão de informações e também a sua organização (OLIVEIRA, 2006).

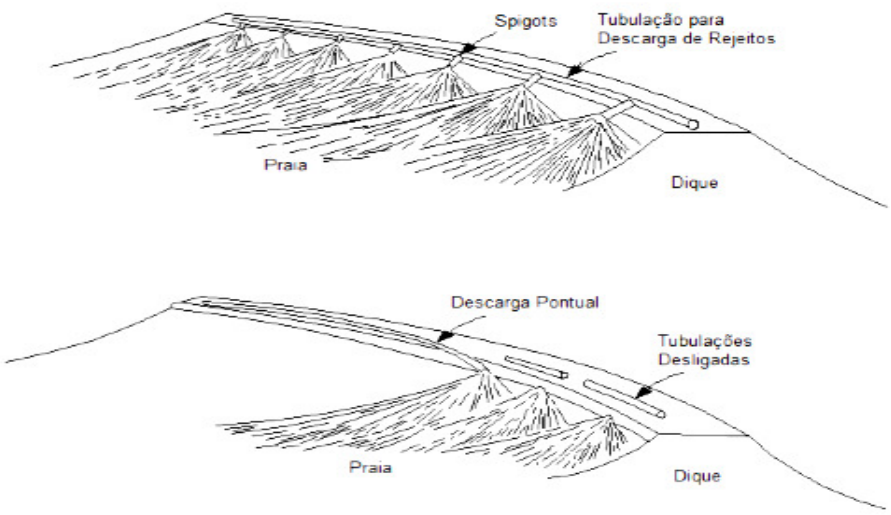
Em relação a segurança da estrutura por intermédio da ferramenta SIG, é primordial delimitar as principais características da barragem, tais como os componentes de sua construção, os materiais utilizados para a sua manutenção, suas características espaciais e geométricas (para serem devidamente emuladas pela plataforma), as principais propriedades físicas e químicas dos materiais, o tipo de fundação utilizada e uma projeção dos cálculos estruturais do projeto em consonância aos seus desenhos e esforços resultantes: de flexão, momento e cortante (OLIVEIRA, 2006).

2.5 Mudanças a partir do desastre de Mariana (2015) e Brumadinho (2019)

Dia 5 de Novembro de 2015, ocorreu a ruptura da barragem de Samarco no Brasil, ocasionando a destruição de duas aldeias, e também matando cerca de 20 pessoas que estavam próximas do desastre, além disso, foi poluído mais de 650 km do rio doce, que é o principal efluente dessa região, nessa época, esse foi considerado o maior desastre socioambiental da história do país. Não obstante, após três anos uma tragédia de proporção ainda maior ocorreu com o rompimento da barragem de Brumadinho, que despejou lama tóxica advinda dos rejeitos dessa edificação, matando mais de 300 pessoas. Essa tragédia chocou não somente o país, mas também o mundo(MENDONÇA, 2015).

Na figura abaixo, é possível observar como funciona o escoamento em uma barragem de rejeitos:

Figura 2 Método de descarga numa barragem de rejeitos



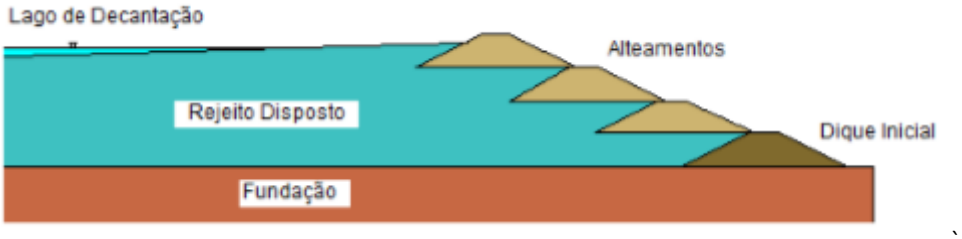
Fonte: Lopes de Oliveira e Zyl (2006).

Uma grande parte das pessoas pensam que os acidentes em barragens de rejeitos são raros, todavia, apesar de terem ocorrido 46 acidentes nos últimos 20 anos, esses entraves têm sido cada vez mais presentes na última década, diante disso, é necessário avaliar se outros modais de extração também estão causando essa contingência de acidentes(PIRES; DRUMMOND, 2013).

A gestão de resíduos surge como uma forma de conseguir contornar e atenuar os problemas causados pela ruptura dessas barragens, além disso, através dessa técnica, é possível que a quantidade de acidentes em estruturas que depositam rejeitos seja evitada, pois com uma gestão correta desses materiais, a quantidade de esforços na estrutura é subtraída. Ademais, é preciso uma gestão de manutenção eficiente, que não veja apenas o lucro, mas também consiga observar os aspectos sociais e ambientais que a construção dessas estruturas deve considerar. O aumento na quantidade de acidentes em países como o Brasil, serve para alertar empresas como a Vale do rio doce, que a gestão dos dejetos em barragens não é somente necessária, mas uma forma de proteger a população e o meio ambiente(PHILIPS, 2016).

O método de alteamento a montante, que foi amplamente criticado após as tragédias abordadas, pode ser observado a seguir:

Figura 3 – Método de alteamento a montante



Fonte: Gomes (2010).

Devido ao entendimento nessa década que o gerenciamento de resíduos sólidos é uma forma também de crescimento econômico, de forma que o lixo anteriormente considerado como descartáveis, com o avanço da tecnologia passou a ser considerado uma peça de valor econômico, a gestão correta desses materiais reverbera em uma série de pontos positivos para o meio ambiente. Não obstante, a tragédia em Mariana demonstra a importância de projetos de lei que visem preencher as lacunas que a legislação brasileira ainda fomenta. A partir disso, medidas como (PL 276/2013, PL 792/2007 e PL 312/2015), aparecem com a finalidade de uma modificação e valorização em pessoas e empresas que cuidam dos rejeitos de sua produção, para aumentar a coletividade e gestão residual no país. Esses projetos visam permear agrados financeiros a empreendimentos e pessoas que melhorem ecossistemas, principalmente de rios e encostas de forma positiva ao ambiente (BARTHOLOMEU; MATTHES, 2016).

Ademais, após a tragédia de Mariana, as modificações em relação à esfera florestal serão várias, como é o caso da modificação do cadastro de ambiente rural (CAR), que foi fomentada pela lei 13.295/16. Permitindo uma melhor gestão de áreas de preservação permanente e também Reserva legal. Um dos principais causadores da negligência ocorrida na barragem de dejetos em Mariana, o Código de Minas, que está vigente desde o período militar deverá sofrer uma série de mudanças, espera-se que os projetos de lei 37/11 e 5807/13 sejam devidamente promulgados, resultando em novos regulamentos associados à preservação de acidentes dessa natureza e também melhorar os processos de recuperação dessas barragens, que ainda é demasiadamente evitados por essas empresas (BARTHOLOMEU; MATTHES, 2016).

Em relação as mudanças após o doloso acidente em Brumadinho o Governador eleito pelo Novo – Romeu Zema – assinou um projeto de lei que proíbe de forma permanente a criação de barragens de desejos à montante (Lei 3.676/16). Essas regras mais radicais demonstram como o acidente que deixou diversas vítimas foi derradeiro para a segurança ambiental dessas barragens, e como as mudanças devem ser prementes. Essa carta, também denominada “mar de lama nunca mais”, é muito importante, pois foi uma estrutura similar que ocasionou o desastre também ocorrido em Mariana. Assim, o projeto promulga que a gestão ambiental do estado deverá estar em concomitância a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), segmentada pela Lei Federal 12. 334 de 2010. Ademais, deverá estar associada com políticas Nacionais e regionais de meio ambiente e gestão residual (FLACH, 2019).

3. METODOLOGIA

O embasamento teórico que versa sobre a reutilização e gestão de resíduos sólidos em barragens de rejeitos é muito grande e diverso, por esse viés, o tipo de estudo proposto por esse trabalho é qualitativo, pois o mesmo faculta sobre uma interpretação subjetiva de uma série de elementos textuais aderidos com rigor científico. Dessa maneira, o procedimento técnico dessa metodologia se embasa em uma pesquisa bibliográfica, pois a mesma possui seu alicerce em diversos livros e artigos de autores renomados, de modo que foram deliberados em diversos periódicos para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa (SEVERINO, 2016).

Em segunda análise, essa pesquisa bibliográfica foi realizada de acordo com os parâmetros propostos por Lakatos e Marconi (2012), que abordam as seguintes etapas: a) escolher o tema: reutilização e gestão de resíduos sólidos em barragens de rejeitos, que foi delimitado nessa pesquisa devido a sua importância no contexto vigente e definição; b) elaborar o plano de estudo: foram delineadas todas as estruturas que deveriam estar presentes nesse estudo, com todas as suas segmentações, bem como a formulação do objetivo; c) identificação seleção de palavras chaves por um meio do orientador; d) localização: etapa na qual foi feita a seleção da base de periódicos, os quais foram definidos em conjunto com os docentes supracitados, utilizando-se critérios de impacto das publicações, facilidade de acesso e grau de discussão sobre o tema; e) compilação: as bibliografias foram compiladas por meio de arquivo eletrônico e agrupadas por

afinidade em relação ao tema do estudo; f) análise e interpretação: a análise utilizada foi a interpretativa com rigor científico; e g) redação: elaborada de forma descritivo-textual, contendo fragmentos textuais que embasam as questões defendidas neste estudo.

Por consequência, a técnica de análise de dados desse estudo foi a de Bardin (2010), que foi realizada por intermédio de pesquisas sobre a temática apresentada e o seu aproveitamento, por intermédio de plataformas como o Google acadêmico, CAPES e Scielo. Essas plataformas dispõe de uma série de pesquisas relevantes sobre o assunto, com autores atuais e renomados, nos quais irão embasar os resultados e discussões dessa pesquisa, para fomentar uma dissertação de maneira analítica e direta dos principais resultados obtidos, paralela à uma interpretação inferencial, onde a abrangência do estudo possibilitou o reconhecimento dos padrões e benefícios dessa aplicação desses resíduos, obtendo resultados excelentes.

4. CONCLUSÃO

De maneira geral, o acúmulo de rejeitos são o principal causador de acidentes e riscos para a indústria de mineração, como já mencionado, nos últimos anos as barragens de rejeitos têm causando uma série de tragédias. Isto posto, o gerenciamento adequado dessas instalações e a criação de leis mais severas em relação a sua manutenção são de primeira importância para atenuar esses percalços. Assim, o papel dos governos locais e também do Governo Federal conseguir adequar essas normais e regras a realidade em que se encontram essas estruturas atualmente.

Essa pesquisa também delimitou que seguir as normais técnicas de projeto, a construção e o gerenciamento de tanques de rejeitos precisam ser analisados com constância, com manutenções periódicas e permanentes. Logo, o Governo em associação a empresas como a Vale precisa investir em pesquisas e inovações para melhorar essa gestão de resíduos, evitando que acidentes como o de Mariana e Brumadinho sejam recorrentes, pois o aumento no setor de mineração tem sido contundente nos últimos anos, e é uma das principais atividade econômicas do Brasil, e é o alicerce para a criação de diversos empregos. É preciso que essa esfera econômica esteja em consonância com o crescimento tecnológico e também com o desenvolvimento de leis ambientais, para que exista um equilíbrio entre essas três vertentes, e o processo de gestão de barragens de dejetos ocorra de forma segura e eficaz.

Essa pesquisa demonstrou que devido a quantidade considerável de barragens de desejos presentes no Brasil, moderadas principalmente pela Vale, a maioria dessas são construídas a Montante, ou seja, a sei promulgada em Minas gerais precisa ser dispersada para todo o território nacional, para evitar novos acidentes similares.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **NRM-01 a NRM-22**: normas reguladoras de mineração - portaria nº 237. Brasília, 2001.

FILHO, J.L.R., DIAS, R.M., **Brazil in the mud again:** lessons not learned from Mariana dam collapse. Biodivers. Conserv., 10–13 https://doi.org/10.1007/s10531-019-01762-3, 2019.

GOMES J. **Estudo da Liquefação Estática em Rejeitos e Aplicação de Metodologia de Análise de Estabilidade**. Tese de Mestrado. Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Indústria da mineração** – Informativodo Instituto Brasileiro de Mineração, ano 4, n. 25, maio/jun. 2009. Brasília: Ibram,2009. 20 p. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00000229.pdf>.

INFORMAÇÕES E ANÁLISES DA ECONOMIA MINERAL BRASILEIRA – 2010. 5. Ed. Brasília: Ibram, 2011. 28. p. disponível em: http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00001157.pdf.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES DE OLIVEIRA W; ZYL D. **Modeling Discharge of Interstitial Water from Tailings Following Deposition**, 2006.

MENDONÇA, HELOÍSA. "Mariana, a dependência da minaque paga pouco à região que devastou." **El País,** 14 de novembro. Acessado em dezembro de 2020. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439535_624567.html, 2015.

NATÁLIA, FLACH. **Revista EXAME**: Após a tragédia de Brumadinho, governo de Minas proíbe barragens a montante, 2019. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/apos-tragedia-de-brumadinho-governo-de-minas-proibe-barragens-a-montante/

OLIVEIRA, SÉRGIO. **Utilização Integrada de Modelos Numéricos e de Interpretação Quantitativa no Controlo da Segurança de Barragens de Betão**. Lisboa: LNEC, 2006. 972-49-2067-4, 2006.

OMACHI, C.Y., SIANI, S.M.O., CHAGAS, F., MASCAGNI, M., CORDEIRO, M., GARCIA, G., THOMPSON, C.C., SIEGLE, E., THOMPSON, F.L. Atlantic Forest loss caused by the world's largest tailing dam collapse (**Fundão Dam, Mariana, Brazil**). Remote Sens. Appl. Soc. Environ.https://doi.org/10.1016/j.rsase.2018.08.003, 2018.

PEREIRA, Osny Duarte. Ferro e Independência - **Um Desafio à Dignidade Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PHILLIPS, DOM. "**Samarco Dam Collapse**: One Year on From Brazil's Worst Environmental Disaster." The Guardian, 15 de outubro. Acessado em dezembro de 2019. https://goo.gl/rXLd3s, 2016.

PIRES DO RIO, GISELA A., E HELENA RIBEIRO DRUMMOND. **"Água e espaços transfronteiriços na América do Sul**: questões a partir do território." Sustentabilidade em Debate 4 (1): 209- 230. doi: 10.18472/SustDeb.v4n1.2013.9208, 2013.

RAMOS, JOSÉ MORA. **Observação do Comportamento Estrutural de Barragens de Betão.** Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2004. 9724920216, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura civil-militar**. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012.

SANTAMARINA, J.C., TORRES-CRUZ, L.A., BACHUS, R.C., 2019. **Why coal ash and tailings dam disasters occur.** Science 364, 526–528. https://doi.org/10.1126/science.aax1927, 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SPOHR, Martina. **Páginas golpistas**: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964). Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

TELMA, BARTHOLOMEU., E RAFAEL MATTHES. **Legislação ambiental avançou, mesmo com problemas e desastre em Mariana,** 2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-jun-25/legislacao-ambiental-avancou-mesmo-problemas-desastre-mg.

A IMPLEMENTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO BRASIL: O IMPACTO NA VIDA DO CONTRIBUINTE E O DIREITO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Beatriz Toledo de Moraes e Moura
Advogada, graduada lato sensu em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduada em Direito Tributário e Processual Tributário pela Escola Paulista de Direito – EPD. Mestranda em Direito Constitucional e Processual Tributário pela PUC/SP.
beatriz.toledomoura@gmail.com

Resumo

Este trabalho envolve as criptomoedas, suas características, como surgiram, e pincelaremos assuntos correlatos como o *Blockchain* e de que maneira as criptos estão sendo interpretadas pelos regulamentos brasileiros e como determinadas formas de tributação agem acerca delas. Como, infelizmente, ainda não existe uma regulamentação mundial no tocante ao tema, demonstraremos como as criptomoedas estão sendo vistas no cenário brasileiro e alguns tipos de tributação que possam ou não incidir. Vivemos em um mundo cada vez mais interligado ao mundo virtual e com isto, surgiram as criptomoedas e, como elas já têm relevância em cenário internacional, será um assunto cada vez mais abordado pelos estudantes, não só os direito como de todas as ciências humanas.

Palavras-chave: *Tributação, impostos, novas tecnologias, criptomoedas.*

THE IMPLEMENTATION OF CRYPTOCURRENCY IN BRAZIL: THE IMPACT ON THE TAXPAYER'S LIFE AND NATIONAL TAX LAW

Abstract

This work involves cryptocurrencies, their characteristics, how they emerged, and we will paint related issues such as the Blockchain and how cryptos are being interpreted by Brazilian regulations and how certain forms of taxation act on them. As, unfortunately, there is still no global regulation on the subject, we will demonstrate how cryptocurrencies are being seen in the Brazilian scenario and some types of taxation that may or may not be levied. We live in a world increasingly interconnected to the virtual world and with this, cryptocurrencies emerged and, as they are already relevant in the international scenario, it will be a subject increasingly addressed by students, not only in law but in all human sciences.

Keywords: *Taxation, taxes, new technologies, cryptocurrencies.*

Introdução

O mundo está em constante desenvolvimento e com o surgimento de novas tecnologias, nossas vidas estão cada vez mais ligadas ao mundo "digital" do que era antigamente. A vida atual em muito se relaciona aos meios digitais.

Exemplos disso é que com maior frequência pedimos comidas por aplicativos de celular, fazemos compras de roupas e até feiras e supermercados sem necessitar visitar seus estabelecimentos físicos, jogamos jogos *on-line* com pessoas que estão longe de nós, conversamos com pessoas através de redes sociais de diversas categorias e tipos, temos "grupos" *"on-line"* para o trabalho, escola, faculdade, *hobbies* entre outros e, o fato de não existir barreiras, estamos cada vez mais unidos em alguns aspectos. O mundo digital está cada vez mais em evidência, inclusive, em questão de mercado de trabalho ligado à tecnologia. Palavras de TI estão sendo englobadas em categorias de empregos porque estamos cada vez mais "tecnológicos".

Precisamos estar sempre em constante evolução para que nós mesmos não caiamos em obsolescência digital em virtude de não "acompanhar" o que está surgindo de novo. E, acredite, muitas coisas novas estão surgindo na área e na economia digital.

Uma delas, e será enfoque neste trabalho, são as criptomoedas. Sim. No Plural. Tendo em vista que estão saindo cada vez mais tipos (E*thereum, Litecoin, Tether,* entre outras), mas que, em um primeiro momento, vieram com o surgimento do *Bitcoin.*

Entretanto, como tudo de "moderno", faz com que exista uma dificuldade da área jurídica em "encaixar" novas modalidades em sua realidade. E, dando evidência na área tributária, as criptomoedas ainda geram bastantes debates.

A metodologia de estudo aplicada para o presente trabalho é o estudo bibliográfico, análises quanto ao tema em revistas e em artigos científicos nacionais e um texto em língua estrangeira (inglês) e assuntos relacionados ao tema. Informo que o foco será como o assunto é tratado no Brasil, tendo em vista que cada nação pode classificá-las em um regime distinto, e como não existe ainda uma definição completa da OCDE (comunico que este trabalho foi realizado na segunda metade de 2021), causa ainda mais incertezas. Assim, veremos como elas são tratadas em órgãos de regulamentação nacionais e alguns problemas que se encontram no nosso mundo jurídico tributário, dando exemplos como o ganho de capital, ISS e o ITCMD.

Metodologia

A metodologia de estudo aplicada para o presente trabalho é o estudo bibliográfico, análises sobre o tema em revistas e em artigos científicos nacionais e um texto em língua estrangeira (inglês) e assuntos relacionados ao tema. Informo que o foco será como o assunto é tratado no Brasil, tendo em vista que cada nação pode classificá-las em um regime distinto, e como não existe ainda uma definição completa da OCDE (previno que este trabalho foi realizado na segunda metade de 2021), causa ainda mais incertezas. Assim, veremos como elas são tratadas em órgãos de regulamentação nacionais e alguns problemas que se encontram no nosso mundo jurídico tributário, dando exemplos como o ganho de capital, ISS e o ITCMD.

Objetivo

Este artigo tem por objetivo analisar a relevância atual acerca das criptomoedas já existentes, inclusive como elas funcionam internamente. Em uma sociedade cada vez mais moderna agora temos as criptomoedas e, desta forma, além de dar um relato quanto

ao seu surgimento e como que podem atingir a seara tributária nacional.

O enfoque do trabalho será voltado ao âmbito nacional, tendo em vista não existir, até então, uma regulamentação exterior de maior grau, cada país adota um regime próprio para as criptomoedas, e, desta maneira, para ficar mais claro, falaremos do que vem sendo feito no Brasil e, por fim, serão demonstradas incidências daquela no ganho de capital, ITCMD e do ISS.

Acreditamos que o tema, por ser relativamente novo, necessita ser cada vez mais divulgado e propagado por revistas científicas para que promova a conscientização acerca do mercado cripto e como isto pode se desenvolver em diversas áreas, aqui dando enfoque ao direito tributário. Entretanto, já é um canal para o seu conhecimento e que elas podem se encaixar em outras áreas das ciências humanas.

Desenvolvimento

Dando início ao trabalho, estamos em uma sociedade que está em constante evolução, na qual o uso contínuo da *Internet*, em escala global fez com que não existam mais "portas" entre diversos tipos de atividades e estas acontecem de uma maneira cada vez mais veloz. No entanto, com estas mudanças pelos meios digitais, muitas vezes fica difícil saber como que fica o universo jurídico dentro disso tudo.

Sem exclusão, a tecnologia chegou à área forense. Antigamente eram utilizadas as máquinas de escrever, só existiam processos físicos (aqueles ditos em papel, já que na época atual existem os processos digitais), carimbos, fichas para anotação de processos, arquivos gigantescos para manter as pastas com os seus respectivos números de processos, para consultar um "andamento" processual era necessário ir ao respectivo fórum.

Neste trabalho, com relação a estas novas tecnologias e como isto afetará a área fiscal verificaremos as criptomoedas. Sim, múltiplas, pois já existem diversas subespécies dentro deste gênero, dando meros exemplos: *Bitcoin, Ether, Litecoin, Ripple,* entre outros. Elas vieram à tona levando em consideração que a sociedade além de estar em constante evolução, está como já dissertada cada vez mais tecnológica. Ou seja, estamos vivendo em um ambiente cada vez mais digital, no qual quase tudo está contido em *"nuvens"*, *"links"*, *"pendrives"*, *"hd externos"* sendo que esta mudança é tão rápida que objetos como *"cds"* e *"disquetes"* já se encontram em obsolescência cibernética.

Atualmente, a *Internet* está sendo uma grande aliada nos trabalhos, o ato de peticionar é eletrônico, podemos fazer consultas processuais em lugares específicos dentro da rede, agendar horário para fazer consultas pelo computador, não indo necessariamente na Receita, apenas ir ao dia que fora marcado previamente via *on-line*. O TI está cada vez mais envolvido nas nossas atividades e gradativamente o profissional do Direito e, provavelmente em diversas áreas das ciências humanas, necessitarão frequentemente ter uma atualização em sua área de atuação para se "manter dentro" destas novas tecnologias para não ser considerado antiquado em determinadas situações, ou ser, literalmente, excluído do sistema.

A *Internet* segundo NOBREGA (2020, p. 47):

> A *Internet* é o ecossistema da criação e de valor nas novas tecnologias, e elas se difundem muito mais rapidamente do que as revoluções anteriores, justamente por serem propagadas por essas redes digitais. As tecnologias já (...) trazem a transformação para a área fiscal, podendo torná-la mais estratégica.

Embora seja tudo muito incerto, não tem como pensar que estas novas tecnologias não impactarão e já estão impactando a área

fiscal, com seus benefícios e seus malefícios, tendo em vista que é por meio do tributo que o Estado de obtêm receitas. Não só o Estado Nacional Brasileiro, mas todas as Nações utilizam tributos para gerir os seus respectivos Cofres Públicos. Nas palavras de Hugo de Brito Machado Segundo e Raquel Cavalcanti Ramos Machado, no artigo ainda não publicado, "*Tributação da atividade de armazenamento digital de dados":* "(...) a tecnologia informática evolui com velocidade elevada, e, se o Direito já tem dificuldade em acompanhar as mudanças no âmbito da realidade factual que visa regular, isso se torna ainda mais acentuado em relação a esse tipo de tecnologia".

Ou seja, precisamos sempre estar atentos a estas novas tecnologias, se elas podem ou não podem ser tributadas e como que elas se encaixam dentro do nosso complexo sistema constitucional tributário. O que não é uma tarefa fácil, tendo em vista que tanto o Código Tributário Nacional, e a nossa própria Constituição foram criados, a *Internet* e o próprio computador ainda eram máquinas de difícil acesso para a população como um todo. Por isto que as palavras do doutrinador acima são extremamente válidas, é difícil o Direito acompanhar situações tão abstratas como as existentes no mundo cibernético.

Isto porque, se pensarmos a nossa Constituição não foi feita há muito tempo, ela apenas tem trinta e três (33) anos. Mas, as tecnologias evoluem de uma maneira fora do que poderíamos visualizar e temos que considerar que muitas coisas devem estar sendo criadas que ainda não são de domínio de todos os indivíduos.

Com relação à arrecadação em mundo virtual, nas palavras de MUNIZ (2018, p. 1- 2):

> É verdade que as autoridades fazendárias devem estar sempre atentas a todas as manifestações de riqueza – demonstradoras de capacidade contributiva – que possam eventualmente escapar aos olhos do fisco, especialmente aquelas desenvolvidas em ambiente digital, cuja fiscalização, em muitos casos, é praticamente inviável.

Em tese, a evolução é esplendorosa, considera que o indivíduo – em um futuro cada vez mais atual - pode realizar compras através criptomoedas. No entanto, o nosso sistema jurídico, na seara tributária, tudo está muito confuso, obtuso, com difíceis perguntas que ainda não possuem resposta definitiva. Como que as leis irão dar respaldo a estas novas tecnologias, no caso das criptomoedas?

No que concerne as leis, na visão de LESSIG (1999, p. 5):

> *Should the law change in response to these differences? Or should the law try to change the features of cyberspace, to make them conform to the law? And if the latter, then what constraints should there be on the law's effort to change cyberspace's "nature"? What principles should govern the law's mucking about with this space? Or, again, how should law regulate?*[1]

E, estas mudanças ocorrem de uma forma tão rápida e constante, diferentemente do que acontecia no passado, que demoravam séculos para que houvesse alterações, pode ser que caso o leitor venha a ler este artigo daqui dois anos, algumas informações aqui postas talvez necessitem de complementação. Mas, caro leitor, ler este artigo não será tempo perdido tendo em vista que será possível fazer uma análise de como a criptomoeda - gênero vem sendo tratada ao longo do tempo em âmbito nacional.

O fato é que não tendo uma definição de um Órgão Internacional dando respaldo dizendo "criptomoeda é isto e tem esta natureza jurídica", ainda existirão diversos entendimentos locais sobre o tema. E estes podem evoluir com o desenvolvimento desta

[1] A lei deve mudar em resposta a essas diferenças? Ou deveria a lei tenta mudar as características do ciberespaço, para torná-las conforme a lei? E se for o último, então quais restrições devem existir no esforço da lei para mudar a "natureza" do ciberespaço? Que princípios devem governar a bagunça da lei com este espaço? Ou, novamente, como deve a lei regular?

"tecnologia". Existe até a sensação de que não existe um respaldo maior de órgãos internacionais para que talvez a criptomoeda caia em desuso, mas isto não pode ser levado em consideração porque está tendo um mercado atual e crescente de adquirentes destas criptomoedas e sua comercialização, existe uma rede especializada ao redor delas, achar que vão "cair em esquecimento" é ir contra a natureza do próprio progresso dos meios digitais e da economia digital.

Inclusive, o FMI (Fundo Monetário Internacional) já tem sugerido políticas globais, conforme JOSA (2021, p. 1):

> Por meio de um documento denominado "O ecossistema cripto e os desafios para a estabilidade financeira", o FMI abordou a criação de políticas e diretrizes para a regulação dos criptoativos, que segundo a instituição, podem contribuir para a manutenção da estabilidade financeira em países emergentes.

Neste informativo o FMI (Fundo Monetário Internacional) já dá diretrizes para como serem tratadas as criptos, dividindo em categorias e padrões de políticas, como será demonstrado nas palavras de JOSA (2021, p. 3 – 4):

> 1- Regulação, supervisão e monitoramento do ecossistema dos criptoativos;
> 2- Riscos das stablecoins;
> 3- Gerenciamento dos riscos macrofinanceiros em mercados emergentes e economias em desenvolvimento.
>
> Entre as categorias citadas, o FMI demonstrou uma certa preocupação com o "gerenciamento dos riscos" destes ativos, ressaltando a importância dos reguladores acompanharem de perto o desenvolvimento do setor e, se comunicarem entre si com o objetivo de desenvolver políticas mais adequadas e minimizar possíveis riscos para a estabilidade financeira a nível global
>
> (...) o suposto gerenciamento dos riscos dos criptoativos diz respeito ao risco desta classe de ativos ser bem sucedida, com um aumento ainda maior em sua adoção.

Permaneço com o pensamento de que quem imagina que as organizações internacionais não fazem nada para que haja o abandono das criptos não estão se manifestando da maneira correta e, sem uma regulamentação maior, causa insegurança e incertezas tanto no Direito quanto para quem quer consumir este novo mercado.

Acerca do que temos ao seu respeito, nas palavras de ZILVETTI e NOCETTI (2020, p. 492): "O que se sabe sobre a criptomoeda em especial é que ela rompeu com a estrutura da intermediação, ao subverter os conceitos até existentes, como o dos meio de pagamento".

E como elas surgiram? Este assunto já é questionável tendo em vista que o primeiro a comentar a respeito foi *SATOSHI NAKAMOTO,* um pseudônimo de uma ou de um grupo de indivíduos que fizeram o artigo "*Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System".*

Na visão de ZILVETTI e NOCETTI (2020, p. 494):

> O debate sobre a criptomoeda idealizada há mais de uma década teve por objetivo pensar numa modalidade direta de pagamento, que não dependesse de uma autoridade central para emitir e controlar as moedas e transações, vinculado a um sistema, denominado *blockchain,* que garantisse a autenticidade e, principalmente, prevenisse o gasto duplicado. (...) A curiosidade da criptomoeda em sua gênese começa por aí, ou seja, sequer o artigo que originou o debate científico possui procedência e autoria comprovadas, mas é citado em quase todos os artigos científicos sobre a matéria (...).

Para a explanação seria interessante expressar no que seria o *Blockchain*, o meio o qual o procedimento é realizado e certificado

no trecho acima, e com relação ao tema dispõe PISCITELLI e BENTOS (2019, p. 1):

> Além disso, como regra são operacionalizadas por meio de *Blockchain*, uma plataforma que suporta instrumentos, e a validação das transações cripotografadas. Esse conceito não se confunde com as "moedas eletrônicas", que são devidamente reguladas (centralizadas) e recebem tal denominação em razão de estarem armazenadas em dispositivo ou sistema eletrônico, em que o usuário final consegue realizar pagamentos.

No que diz respeito ao *Blockchain* o assunto já é bem vasto e rico, e com intuito de trazer maior informação ao leitor, dispõe BRIGAGÃO (2018, p. 4): "uma tecnologia que exerce a função de um livro-razão digital, completamente descentralizado, em que são virtualmente validadas, armazenadas e codificadas, mediante um protocolo matemático, as mais diversas transações". Tem assim o intuito de defesa, resguardo dos elementos ali contidos e como meta de evitar adulterações dos dados e negócios feitos.

Destaco que não é possível tributar o *Blockhain* em si, corroborando com os ensinamentos de BRIGAGÃO (2018, p. 5):

> Tal como a *Internet, o Blockhain* é o ambiente em que as atividades são exercidas. Não há, portanto, que se falar na tributação do *Blockchain* em si, assim como não se pode cogitar da tributação da Internet. (...) A análise que pode ser feita é a tributação das atividades e transações que são realizadas no âmbito de uma e de outra.

Apesar da volatilidade dos valores das criptomoedas, elas estão cada vez mais em evidência e os brasileiros têm aderido ao seu uso. Entretanto, ainda não existe uma regulamentação muito boa que falem acerca delas. O que podemos dizer de fato, pelas palavras de SIMÕES (2021, p. 2):

> As duas principais características das criptomoedas parecem dar um ponto de partida confiável ao debate: (I) **são totalmente digitais,** situação que gera enorme complexidade, considerando o atual sistema financeiro e monetário, (II) **não são emitidas por nenhum governo ou bloco econômico** (como Real, Dólar, Euro, etc). Tal conjuntura, inclusive, tem sido apontada como um dos fundamentos que explicam volatilidade das moedas virtuais.

Nota-se novamente que o mercado de criptomoedas está em alta e em recente valorização, pela EQUIPE INFORMONEY (2021, p. 2): "o *bitcoin*, por exemplo, registra fortes ganhos de 2021, com alta acumulada de cerca de 76% em dólares, seguindo o movimento iniciado ano passado com a entrada de investidores institucionais no mercado cripto".

Ou seja, será difícil imaginar que elas entrarão em desuso no futuro, será muito mais provável que sejam cada vez mais utilizadas nos meios de pagamentos.

Destaco que neste artigo não falaremos de como as criptomoedas estão sendo tratadas em outras localidades do planeta, o assunto já é complexo dentro do nosso país, então focaremos no que estão dizendo nossos Órgãos Regulatórios e como isto trás complicações na área tributária.

Conforme dispõe SIMÕES (2021, p. 2):

> O Banco Central (Bacen) já manifestou seu pragmático entendimento em algumas ocasiões, no sentido de que as criptomoedas não se encontram sob sua alçada de regulamentação, porquanto não são moedas e não estão inseridas no escopo da legislação relativa a meio de pagamento, senão vejamos:
>
> "As empresas que negociam ou guardam as chamadas moedas virtuais em nome dos usuários, pessoas naturais ou jurídicas, não são reguladas, autorizadas ou supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. Não há, no arcabouço legal e regulatório relacionado com o Sistema Financeiro Nacional, dispositivo específico sobre moedas virtuais. **O Banco do Brasil, particularmente, não regula nem**

> **supervisiona operações com moedas virtuais.**
>
> (...)
>
> 6. É importante ressaltar que as operações com moedas virtuais e com outros instrumentos conexos que impliquem transferências internacionais referenciadas em moedas estrangeiras não afastam a obrigatoriedade de se observar as normas cambiais, em especial a realização de transações exclusivamente por meio de instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar no mercado de câmbio. (grifo nosso)

Assim sendo, ficou demonstrado que pelo Banco Central estas moedas virtuais não são reguladas. O que para ZILVETI e NOCETTI (2020, p. 497): O BACEN optou por não classificar as criptomoedas como "moedas" por motivo técnico, mas é inegável que as criptomoedas têm semelhanças com as "moedas eletrônicas".

Entretanto, isto é um problema, pois seria mais fácil, se assim fossem classificadas para delimitar a sua forma e sua essência, nas palavras ZILVETI e NOCETTI (2020, p. 497): "a negativa do BACEN representa um obstáculo efetivo para dar a essa coisa natureza jurídica de moeda".

Já a Comissão de Valores Mobiliários, sigla CVM, adotou diferentes posicionamentos ao longo do tempo. Para SIMÕES (2021, p. 2):

> Num primeiro momento, manifestou-se pela impossibilidade da aquisição direta de criptomoedas por fundo de investimento e, poucos meses depois, entendeu pelo cabimento do investimento indireto mediante "aquisição de cotas de fundos e derivados, entre outros ativos negociados em terceiras jurisdições, desde que admitidos e regulamentados naqueles mercados".

Desta forma, chegamos ao posicionamento da Receita, que ainda anda a passos lentos no tocante as criptomoedas, apenas dispôs a Instrução Normativa IN RFB 1888/19 que demonstra a necessidade de darem informações ao Erário de procedimentos feito por criptoativos.

Dispões SIMÕES (2021, p. 3):

> No que diz respeito às pessoas físicas, para fins de tributação, entende a Receita Federal do Brasil que "os criptoativos, tais como as moedas virtuais (Bitcoin, BTC, Ether, ETH, Litecoin – LTC, Techer – USDT, entre outras) **não são considerados como ativos mobiliários nem como moeda de curso legal nos termos do marco regulatório atual. Entretanto, podem ser equiparadas a ativos financeiros sujeitos a ganho de capital e devem ser declarados pelo valor de aquisição.**
>
> Destarte, a Receita Federal ratifica o entendimento do Bacen e da CVM, bem como as respectivas obrigações tributárias. A obrigação principal, neste contexto, seria o pagamento de Imposto de Renda sobre o ganho de capital (obrigação de dar – realização) e sua correspondente obrigação acessória, consistente na declaração da obrigação tributária (obrigação de fazer – declaração). (grifo nosso)

É necessário dizer que a Receita Federal corrobora o entendimento vindo da CVM e quanto o existente no Banco Central e que devem ser equiparadas a ativos financeiros sujeitos a ganho de capital e seu modo de declaração será pelo valor de sua aquisição.

Não existe uma determinação de "criptomoedas" ainda na legislação, entretanto, é possível tirar algumas intervenções do que há no manual "Perguntas e Respostas", programa este que existe para os contribuintes verificarem diversos tipos de situações para a Declaração do Imposto de Renda.

> "Os ganhos obtidos com a alienação de ativos digitais, tais como criptoativos ou moedas virtuais (bitcoins – BTC, por exemplo) cujo total alienado no mês seja superior a R$ 35.000,00 são tributados, a título de ganho de capital, segundo alíquotas progressivas estabelecidas em função do lucro, e o recolhimento do imposto sobre a renda deve ser feito até o ultimo dia útil do mês subsequente ou da transação no código de receita 4600.

> A isenção relativa às alienações de até R$ 35.000,00 mensais deve observar o conjunto de criptoativos ou moedas virtuais alienados no Brasil ou no exterior, independente de seu nome (bitcoin, ethereum, litecoin, tether...). Caso o total alienado no mês ultrapasse esse valor, o ganho de capital relativo a todas as alienações estará sujeito à tributação.
>
> O contribuinte deverá (...) prestar informações relativas às operações com criptoativos ou moedas virtuais, por meio da utilização do sistema Coleta Nacional, disponível no e-Cac, quando as operações não forem realizadas em *Exchange* ou quando realizadas em *Exchange* domiciliada no exterior, nos termos da Instrução normativa RFB nº 1888, de 3 de maio de 2019". SIMÕES (2021, p. 3)

É possível retirar mais informações tais como "quem é obrigado a declarar", através do enfoque dado pela EQUIPE INFOMONEY (2021, p. 2):

> Quem é obrigado a declarar?
>
> Todos os contribuintes que, em 31/12/2020, tinham criptomoedas ou criptoativos cujos valores de aquisição foram superiores a R$ 5 mil são obrigados a informar na declaração. Valores de aquisição inferiores a isso tornam a informação na declaração opcional. Porém, esse valor é válido por categoria de cripoativo. Por exemplo, se o contribuinte comprou R$ 5.500 em *Bitcoin*, mas R$ 1.900 em *Ether*, será obrigado informar apenas o Bitcoin, **a outra criptomoeda é opcional porque não atingiu esse teto de R$ 5.000.** (grifo nosso).

Isto tudo porque embora não seja considerada nem moeda corrente ou nem ativo mobiliário, pelo disposto atualmente, e reiterando que elas são equiparadas a ativos financeiros que podem ser sujeitos a ganho de capital e assim sendo devem ser postos na Declaração de Imposto de Renda, inclusive atualmente já possuem códigos específicos para cada uma.

Apenas para complementar no que se refere a o que é o ganho de capital nas palavras de NUNES (2019, p. 203): "Ganho de capital, (...), é a diferença positiva entre o quanto porventura se tenha incorrido para possuir um direito real ou pessoal e o quanto se receba pela sua alienação, assim compreendida em sentido amplo, abrangendo também a liquidação ou reembolso de bens e direitos."

Como dispõe a EQUIPE INFOMONEY (2021, p. 3): "para *Bitcoin*, o código é 81 – Criptoativo *Bitcoin* (BTC)'; se o contribuinte possuir *Ether*, *Bitcoin cash*, *Litecoin*, *Ripple*, entre outros, o código será82 – Outros criptativos, de moeda digital (*altcoins*)".

Mas ainda se encontram muitas incertezas que no informativo IN 1888/19 não tem respostas. O que causa uma angustia para quem consome estas criptomoedas e como que fica realmente a sua regulamentação. Vejamos alguns casos.

Como que funcionam os mineradores? Estes que tem como objetivo a realização de produção de códigos específicos de validação – chamados *hashes* – e através deles serão feitas uma descentralização e não personificação do *Blockhain* que detêm o que é transacionado entre os indivíduos. Para BRUGNARA e PAULA (2021, p.6):

> Portanto, esses mineradores processam criptomoedas através de seu computador de tecnologia avançada, resolvendo os cálculos, e diante disso são recompensados pelo seu trabalho através de criptomoedas, mas todo esse sistema é monitorado por criptografia, analisado através de *softwares.*

Ou seja, já é algo complexo de ser até mesmo visualizado, imagina então para ver se existe tributação neste tipo de atividade de mineração.

Relativamente aos mineradores, dispõe BRIGAGÃO (2018, p. 7):

> Eles são absolutamente essenciais ao funcionamento da tecnologia *blockchain*, na medida em que são responsáveis pela validação e codificação das transações realizadas. Contudo, é importante ressaltar que os mineradores não participam dessas transações nem mantêm qualquer relação de prestação

> de serviços com as partes envolvidas (nem mesmo as identificam). Eles se limitam a fazer os cálculos dos quais resulta o *hash,* a ser utilizado pela tecnologia.

Assim sendo, dentro desta atividade dos mineradores, é possível dizer se cabe alguma espécie de tributação?

Com relação à incidência do imposto ISS (Imposto Sobre Serviços), na visão de ZILVETTI e NOCETTI (2020, p. 502):

> A rede de computadores é dividida em múltiplos algoritmos, comandados por inúmeros computadores, sem que seja possível identificar uma pessoa de direito a comandar todas as ações ou mesmo parte delas. Neste contexto, **não há falar em prestação de serviços por falta de tomador, e também por falta de classificação de serviços prestados no âmbito da tabela de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.** Assim, no campo de incidência do imposto sobre consumo brasileiro que se aplica à prestação de serviços, não há nada a ser tributado, em que pese a similaridade da hipótese de incidência. (grifo nosso)

Sobre Imposto Sobre Serviço, está transcrito no artigo 156, III da CF/88[2], este imposto é de incidência dos Municípios brasileiros ou do Distrito Federal, e, como o próprio nome demonstra ele incidirá sobre os serviços, e para alguns, podem ser classificados de serviços de qualquer natureza. Tem como características prestar serviços em âmbito territorial e como aspecto material o momento da prestação de serviços. O seu sujeito passivo é o prestador de serviço e quem receberá o imposto será quem tem sua competência normativa, ou seja, os Municípios e o Distrito Federal.

No que se refere à Lista de serviços, ela se encontra anexa à Lei Complementar nº 116/03.

Como há uma rede interligada de computadores fazendo os algoritmos da ação fica difícil imaginar que existe uma pessoa ou várias que fazem um pedaço ou vários pedaços de um determinado comando, realmente, não tem como falar que existe prestação de serviço neste caso e não tem nada parecido em âmbito da Lista de serviços anexa à Lei Complementar n. 116/03.

Podemos dizer com relação a um imposto que é passível de existir tributação, que seria nos casos de ter uma doação ou um falecimento – e o imposto devido seria o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações) de competência dos Estados-membros e do Distrito Federal da nação brasileira.

O ITCMD, nas palavras de KFOURI (2016, p. 437): "Até mesmo após a morte temos a incidência tributária, por ocasião da transmissão dos bens aos herdeiros ou legatários, quando é devido o recolhimento do ITCMD, que também incide na hipótese de doação".

Ou seja, no caso de doações ou falecimento de quem possuir criptomoedas estas poderão ser transferidas para herdeiros ou terceiros e desta forma, haverá ocorrida a hipótese de incidência tributária do imposto ITCMD.

Na visão de ZILVETI e NOCETTI (2020, p. 507):

> Como não existe qualquer limitação material a esse imposto estadual, a transmissão de criptomoedas em sucessão seria hipótese legal de tributação. A sucessão se dá pela morte ou doação, independentemente da situação em que se encontrem os bens passíveis de valoração para fins de cálculo do tributo a ser pago. Não importa se o sujeito passivo do tributo tem acesso aos bens para que o tributo seja devido. Há nisso um falso dilema sobre as carteiras de criptomoedas, quando se cogita que a falta de acesso pode impossibilitar o cálculo do tributo. Sendo a moeda digital

[2] Art. 156 – Compete aos Municípios instituir impostos sobre: III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar;

> devidamente declarada à autoridade fiscal competente, por meio da declaração de ajuste anual da RFB, a transmissão por sucessão ou doação terá uma base mínima e segura para a incidência do imposto devido na transmissão, caso o sujeito passivo não informe ou não disponha de meios para ter acesso a tal informação.

O ITCMD está previsto no artigo 155, I da CF/883, e a título de curiosidade no Estado de São Paulo, sua alíquota está no percentual de 4%, as alíquotas variam de Estado para Estado porque este imposto tem competência estadual.

Certamente existem diversos outros tipos de discussões de criptomoedas, inclusive, em outras áreas do direito nacional, entretanto, quisemos dar enfoque no que são e como estão sendo tratados alguns aspectos desta "moeda não moeda" existente na área tributária dando enfoque em algumas formas de tributo.

É possível tratarmos deste tema em outras espécies tributárias, tendo em vista o assunto ser novo e, causar diferentes indagações com relação ao assunto em especialistas tributários e em diferentes formas tributárias. Possivelmente, no futuro demonstrarei em novos artigos desdobramentos sobre este assunto cibernético.

E este tema é importante tendo em vista que cada vez mais teremos acesso e possibilidade de comprá-las, então é bom ficar "ligado" no que seria e, se o que leitor está fazendo existe alguma possibilidade de ter tributação.

Existem diversas lacunas quando abordamos as novas tecnologias e como elas são tratadas em âmbito jurídico, cabem aos estudiosos do Direito e aos estudiosos de ciências humanas que estejam interligados com estas novas formas de tecnologias, termos contato com elas e até mesmo pedir para que haja regulamentações e que estas sejam implementadas com maior rapidez. Temos um papel importante porque, principalmente os mais jovens, terão contato cada vez maior das novas e futuras formas de telecomunicações, financeiras envolvidas em meio cibernético.

Conclusão

Vivemos em um momento de transição, o que causa muita incerteza, afinal o que era físico está virando virtual e precisamos sempre estar atualizados com estas novas tecnologias que surgem.

Desta forma, teremos contato cada vez maior com novos meios tecnológicos e o Direito necessita estar a par - embora seja difícil porque não é algo palpável - para acompanharmos essas mudanças e tentarmos sempre estar atualizados.

No quesito das criptomoedas, embora atualmente seja um conceito um tanto quanto difuso e até mesmo obscuro, o fato é que elas vieram para ficar e que por mais que quisessem colocá-las em esquecimento, isto não será possível em uma sociedade cada vez mais virtual.

É necessário que haja uma uniformidade de entendimento e uma regulamentação externa que dê maior segurança tanto para quem adquire essas criptomoedas como para que haja uma fiscalização e uma tributação correta.

[3] Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Todo%20o%20poder%20emana%20do,diretamente%2C%20nos%20termos%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 13 set. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm. Acesso em 06 out 2021.

BRIGAGÃO, Gustavo. **Avanço das regras de tributação não acompanha o das novas tecnologias.** 29 ago 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-ago-29/avanco-rregras-tributarias-nao-acompanha-novas-tecnologias. Acesso em 18 ago 2021.

BRUGNARA, Everson Soto Silva. PAULA, Maxwell Iure Lima de. **Criptomoedas, e seu lastro jurídico no direito tributário.** Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57072/criptomoedas-e-seu-lastro-jurdico-no-direito-tributrio. Acesso em 08 set 2021.

EQUIPE INFOMONEY. **Imposto de renda: como declarar Bitcoin e outras criptomoedas.** Criptomoedas já eram declaradas seguindo a legislação e os valores mínimos, mas agora a Receita Federal criou três tipos de criptoativos para a declaração. 29 mar 2021. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/novas-regras-do-imposto-de-renda-como-declarar-bitcoin-e-outras-criptomoedas/. Acesso em 18 ago 2021.

JOSA, Lucas. *Future of Money.* **FMI pede regulamentação global para o mercado de criptoativos.** Em documento, Fundo Monetário Internacional destaca o forte crescimento do setor de critpativos nos últimos anos e recumenda políticas globais para mitigar seus "riscos". Disponível em: https://exame.com/future-of-money/fmi-pede-regulamentacao-global-para-o-mercado-de-criptoativos/. Acesso em 06 out 2021.

KFOURI JR., Anis. **Curso de direito tributário.** 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

LESSIG, Lawrence. **The law of the horse: what cyberlaw might teach.** Harvard Law Review, vol. 113, p. 501-546, mar. 1999. Disponível em: https://cyber.harvard.edu/works/lessig/finalhls.pdf. Acesso em: 04 set 2021.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Machado, Raquel Cavalcanti Ramos. **Tributação da atividade de armazenamento digital de dados.** No prelo.

MUNIZ, Eduardo. **Tributação dos criptoativos deve considerar as particularidades do setor**. 11 dez 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-dez-11/muniz-tributacao-criptoativos-considerar-particularidades. Acesso em 18 ago 2021.

NOBREGA, Talita Lima Medre. **Tributação e novas tecnologias: indústria 4.0 e os Impactos no Sistema Tributário Brasileiro.** São Paulo, 2020. Disponível em: http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/4613/5/Talita%20Lima%20Medre%20Nobrega.pdf. Acesso: 04 set 2021.

NUNES, Renato. **IR, pessoas físicas e tributação definitiva nos ganhos de capital**. In: Novo RIR – Aspectos Jurídicos Relevantes do Regulamento do Imposto de Renda 2018. DONIAK JR., Jimir (Coord.) São Paulo: Quartier Latin, 2019.

PISCITELLI, Tathiane. Bentos, Raphael Romero. **Novas criptomoedas e insegurança tributária.** Disponível em: https://www.valor.com.br/legislacao/6374727/novas-criptomoedas-e-inseguranca-tributaria, 2 ago 2019. Acesso em: 01 set 2021.

SIMÕES, Mauro. **A tributação das criptomoedas no Brasil e a escassez de regulamentação formal.** Esse cenário de lacuna legislativa e insegurança tributária não é observado exclusivamente no Brasil. Diversos países do mundo têm enfrentado celeumas decorrentes da mercantilização das criptomoedas. 12 mai 2021. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/345434/tributacao-das-criptomoedas-no-brasil-e-a-escassez-de-regulacao-formal. Acesso em: 17 ago 2021.

ZILVETTI, Fernando Aurélio. NOCETTI, Daniel Azevedo. **Criptomoedas e o sistema tributário do século XXI.** Revista Direito Tributário Atual, n. 44, p. 491-510. ISSN: 1415-8124, São Paulo: IBDT, 1º semestre 2020. Disponível em: https://ibdt.org.br/RDTA/criptomoedas-e-o-sistema-tributario-do-seculo-xxi/. Acesso: 04 set 2021

A CONSTRUÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE NO VÍNCULO TERAPÊUTICO COM UM PACIENTE TRANSPLANTADO RENAL*

Vanda Marcia Silva Ferreira

Psicóloga, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em Psicologia Hospitalar
Trainer Junior em Biossíntese pelo International Institute for Biosynthesis - Switzerland

ABSTRACT: This article has been produced as part of my experience in Hospital Psychology, specifically with patients with chronic kidney disease. Its purpose is to reflect on the construction of intersubjectivity in the therapeutic bond through the case of a renal transplanted young man. The consequences of this disease lead to various organic dysfunctions, bodily changes, impacts and psychosocial losses. He is 30 years old, has been in the therapeutic process for five years and in his second renal transplant. He sought therapy to be able to approach and talk to people, and to become more confident and independent. He presents a hypotonic and collapsed body, with great difficulty in visual contact and in express words and emotions. The ectoderm and flexion movements were affected. He experienced situations of invasion and privation throughout his illness and treatment, undermining his trust and ties. Isolation, withdrawal, and silence emerged as his defense mechanisms. I carefully used contact, body-perception, and breathing exercises. Gradually the patient could know his own body, its possibilities, its strength and its limits. The construction of the intersubjectivity of this patient with me through bond, had its aim in making him aware of trauma and its defenses, and building a physical, relational and corporal identity. In psychotherapy the quality of attention and care offered by the therapist must produce personality, creativity, intersubjectivity, and mutual influence.

Keywords: *Intersubjectivity. Biosynthesis. Renal Transplant. Bond.*

RESUMO: Este artigo nasceu da minha experiência com a Psicologia Hospitalar, especificamente com pacientes com doença renal crônica. Tem a finalidade de refletir sobre a construção da intersubjetividade no vínculo terapêutico através do caso de um jovem transplantado renal. Os problemas inerentes e decorrentes dessa doença levam a várias disfunções orgânicas, mudanças corporais, impactos e perdas psicossociais. O referido paciente está com 30 anos, há cinco anos em processo terapêutico e no seu segundo transplante renal. Procurou a terapia para se aproximar e falar com as pessoas, não se sentir inseguro e inferior diante de tudo e independer-se. Apresenta um corpo hipotônico e colapsado, com grande dificuldade no contato visual e na expressão das palavras e emoções. A camada ectoderma e o campo motor de flexão ficam bastante evidentes,com pouca carga nos movimentos. Vivenciou situações de invasão e de privação ao longo de sua doença e tratamento, prejudicando sua confiança e vínculos. O isolamento, o retraimento e o silêncio surgiram como seus mecanismos de defesa. Utilizei cuidadosamente exercícios de contato e percepção corporal, e de respiração. Aos poucos o paciente pode conhecer o próprio corpo, suas possibilidades, sua força e seus limites. No vínculo comigo a construção da intersubjetividade desse paciente teve a função de tornar conscientes os traumas e suas defesas, e construir uma identidade física, relacional e corporal. Na psicoterapia a qualidade da atenção e cuidado que os terapeutas devem oferecer às pessoas que os procuram deve produzir pessoalidade, criatividade e intersubjetividade, com mútua influência.

Palavras-chave: *Intersubjetividade. Biossíntese. Transplante Renal. Vínculo.*

***** *Este artigo foi bublicado originalmente na edição nº 24. É republicado nesta edição pela interrelação com a abordagem da Biossíntese e por ter sido apresentado pessoalmente a David Boadella pela autora como exigência parcial para seu credenciamento como Junior Treiner em Biossíntese.*

INTRODUÇÃO

Esse trabalho parte de minha experiência com a Psicologia Hospitalar especificamente com pacientes com Doença Renal Crônica, que fizeram ou virão a fazer um Transplante Renal. A partir da minha formação em Biossíntese[4], passei a refletir como esta abordagem poderia ajudar essas pessoas a se reconectarem com o "filtro" de suas emoções e de suas experiências, já que os seus rins, os filtros de seu corpo não mais funcionam. A perda da identidade do indivíduo a partir da doença renal crônica requer que a intersubjetividade no processo terapêutico seja um importante meio pelo qual o paciente se sinta reconhecido por alguém e possa ressignificar sua identidade.

Minha aprendizagem da Biossíntese, minha compreensão do processo terapêutico, minha empatia e minha intuição com essas pessoas puderam se complementar e me permitiram rever determinismos, alguns conceitos, e me experimentar mais livremente com o paciente no processo terapêutico, nesse "trabalho de formiga". A partir do meu contato verbal e corporal, do contato com o silêncio emocional intrínseco no processo do adoecer e o meu profundo respeito pela dor de um paciente transplantado renal, irei descrever a construção da intersubjetividade no vínculo terapêutico com um jovem transplantado renal.

METODOLOGIA

O estudo é de natureza qualitativa e segue a metodologia de história de vida. As informações qualitativas são provenientes de entrevistas aprofundadas e nas sessões de psicoterapia. A análise preliminar individual das entrevistas partiu de uma narrativa com a organização dos eventos em ordem cronológica.

Por ser um relato da experiência pessoal de um indivíduo, a história de vida foi adotada para obtermos o máximo de informações sobre os eventos passados e atuais vividos pelo sujeito escolhido (Chizzotti, A., 2006). O estudo gira em torno de um indivíduo de 30 anos, que realizou dois transplantes de rim. Foi escolhido aleatoriamente um nome fictício para preservar a identidade do sujeito.

CONTEXTUALIZANDO O TRANSPLANTE RENAL

Atualmente, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) nas quais se inclui a Doença Renal Crônica (DRC), têm recebido grande atenção dos profissionais de saúde pelos altos índices na morbimortalidade da população, abrangendo cerca de 60% das causas de morte em todo mundo e 70% das causas de mortes no Brasil (CASTELLANOS, 2015).

O desenvolvimento da DRC é caracterizado pela alteração na função dos rins e na necessidade de algum tipo de terapia renal substitutiva, a diálise ou o transplante renal. Este último mesmo diante do desenvolvimento das medicações e das cirurgias é considerado um dos avanços mais impressionantes e eficazes da biomedicina para a doença renal, e sem dúvida favorece o prolongamento e a melhora da qualidade de vida dos pacientes renais crônicos.

E para que servem os rins? Eliminam as toxinas do sangue por um sistema de filtração, regulam a formação do sangue, dos ossos e da pressão sanguínea, e controlam o delicado balanço químico e de líquidos do corpo. Então, quando os rins não funcionam apropriadamente, as toxinas se acumulam no sangue, pois o "filtro" não está funcionando corretamente, e também se o tamanho do "filtro" reduzir a ponto de não passar mais nem água, o indivíduo para de urinar, fazendo com que as toxinas se acumulem ainda mais rapidamente em nosso corpo.

A complexidade e a extensão dos problemas inerentes e decorrentes da DRC acarretam um modo de vida permanente de perdas e disfunções com mudanças corporais, por exemplo, na cor e textura da pele com ressecamento, alteração no apetite e peso, ou seja, prejudicando consideravelmente a auto-imagem do indivíduo (HIGA, 2007). A doença renal crônica também demanda modificações nos hábitos alimentares, com restrição na ingestão de líquidos, cuidados redobrados de higiene, e o comparecimento três vezes na

[4] Biossíntese: criada por David Boadella significa "integração da vida"; busca trazer à consciência a capacidade humana de autorregulação, o desdobramento do nosso potencial latente e o fortalecimento dos recursos da pessoa, visando à integração do corpo, mente e espírito.

semana por quatro horas em uma clínica para realizar o tratamento de filtração do sangue, a diálise. Mesmo quando o paciente faz a diálise em casa, chamada de peritoneal, ele terá também limitações.

O impacto psicossocial da doença renal altera o quotidiano e exige do paciente e da família adaptações, mudanças de papéis, uma reorganização e disposição interna para as novas demandas decorrentes da enfermidade. A DRC afeta a pessoa e a família que terão que conviver com incertezas, e com dilemas éticos, individuais, sociais e psíquicos. O paciente terá que lidar com o estigma da doença ou do sentir-se doente.

É importante enfatizar que para a reabilitação de uma pessoa com doença renal crônica o transplante é o método mais efetivo e de menor custo como menciona Noronha *et al.*, 2007, e consiste na substituição dos rins doentes por um rim saudável de um doador vivo ou falecido. Porém, a pessoa que faz o transplante renal continua sendo submetida a um tratamento crônico (medicações) até o fim de sua vida, podendo o transplante, com o tempo, encaminhar-se para graves estados de morbidade, para uma perda com retorno à diálise ou óbito.

No que diz respeito à dimensão subjetiva inerente ao processo de adoecimento e tratamento que envolve inevitavelmente alguma forma de conhecimento interno do corpo doente, essa experiência desconhecida nos faz buscar reconstruir e compreender o sentido de nós mesmos, do mundo e das relações.

Enfim, a doença não sendo uma experiência só física, desacomoda-nos e reacomoda-nos ininterruptamente como cita Ayres (2009), causando-nos uma estranheza interior que faz que cada um de nós realize uma pesquisa íntima sobre nossa vida e nossa morte. Conforme Dias (2013) não basta estar fisiologicamente vivo sob quaisquer condições, é preciso sentir-se vivo não importando a dificuldade ou o sofrimento envolvido, mas que o indivíduo sinta que em algum nível sua vida vale a pena de ser vivida.

A HISTÓRIA DE HENRIQUE E AS RAZÕES PARA A TERAPIA

Henrique tinha 25 anos quando procurou a terapia, em Julho de 2012, encaminhado por sua médica nefrologista. Fiquei surpresa no primeiro contato ainda na sala de espera quando vi Henrique com os pais, parecendo um adolescente de 13 anos com Síndrome de Down.

Sua mãe era muito jovem, dezoito anos, quando engravidou de Henrique. Aos dois anos de idade surgiram os primeiros sintomas da doença renal após uma viagem de lazer, com edemas pelo corpo que inicialmente foi tratado como alergia. Iniciou o tratamento com restrições alimentares de proteína, sódio etc. e medicações com corticóide. Henrique e seus pais acreditavam que os edemas se deviam ao contato dele com um inseto que brincara na viagem.

Nesse momento nasce sua irmã. Aos cinco anos entra em coma por descompensação metabólica, seu cálcio ficou tão baixo que não podia andar (*"fiquei sem forças nas pernas").* Mas recuperou-se.

Aos dez anos Henrique entra em coma novamente e teve que iniciar o tratamento de diálise. Aos onze anos começou a preparação para o transplante renal e conforme os exames de sua mãe esta não pode lhe doar o rim por incompatibilidade do grupo sanguíneo. Seu pai iniciou os exames, mas antes que concluísse surgiu um rim compatível com Henrique de um doador falecido e o transplante foi realizado.

A infância de Henrique foi repleta de muitas privações alimentares, de lazer e sociais. A mãe o superprotegia, proibindo o paciente de brincar de quase tudo, no que ele obedecia, assim como os amigos que também acabavam respeitando as restrições, enfim ninguém transgredia em nada. Conta que era uma criança que chorava muito *("eu era chorão, tudo eu chorava, as enfermeiras falavam"*). A mãe chegou a bater em sua boca para ele parar de chorar. Depois disso acha que silenciou, *"fiquei sendo o filho que ela queria que eu fosse..."*. Atualmente diz que "é difícil chorar", chorou sozinho quando o seu primeiro rim transplantado parou de funcionar.

Na adolescência viveu no seu quarto, sozinho, sem amigos, saía apenas com os pais ou para visitar a família. Frequentou o colégio e depois concluiu a faculdade de informática. A internet passou a ser sua companhia. Assim foram os quatorzes anos de seu primeiro transplante.

Henrique procurou a terapia porque queria não ter medo de se aproximar e falar com as pessoas, queria não se sentir tão inseguro e inferior diante de tudo e independer-se. Seu maior sonho era arranjar uma namorada e ter amigos.

Após três meses de contato comigo ele perde o transplante e já inicia a preparação para seu segundo transplante. O pai novamente se prepara para doar, mas foi constatado um cisto em um de seus rins, e novamente Henrique realiza o segundo transplante com um doador falecido aos 25 anos de idade. Ainda no pós-cirúrgico ele passa por uma intercorrência grave e é levado às pressas para a UTI. Mais uma vez Henrique vivencia uma situação traumática o tirando da sua linha do destino, como diz Safra (2005). Eu o acompanhei no hospital. Ele passa apenas um mês afastado da terapia e pede para voltar antes do tempo previsto.

Fala de sua irmã com afetuosidade e cumplicidade. Nunca havia tido uma relação sexual até seus vinte e cinco anos, e se masturbava frequentemente usando a internet para isso.

O paciente diz que é mais fácil conversar com o pai, apesar da passividade deste. A mãe apresenta-se autoritária e controladora na relação com todos da família, se os filhos não seguem sua orientação ela os pune. Ela optou por trabalhar em casa para cuidar do filho, abandonando sua profissão de nutricionista. Os pais sempre acompanham Henrique até hoje nas consultas médicas.

O CORPO DE HENRIQUE

O paciente tem baixa estatura, olhos quase fechados, membros (braços e pernas) curtos, mãos pequenas, tronco compactado, um pouco acima do peso para seu tamanho. Estava sempre com o olhar para baixo ou os olhos passeavam pela sala, sem foco e quase nenhum contato comigo. Conforme Boadella (1992) é no rosto que primeiramente aparece a história congelada de uma pessoa, principalmente no contato visual.

Suas mãos se apertavam e suavam. Seus joelhos tensos se juntam, e os pés se abrem. Quando anda ou está em posição de "grounding", suas pernas ficam sem firmeza e trêmulas. Os braços e pernas não têm força muscular, um corpo hipotônico e colapsado.

A respiração é curta, quase inexistente. Henrique não expressa nenhuma palavra voluntariamente. Quando perguntado sobre algo, leva muitos minutos para pronunciar as palavras, como se tivesse gagueira. É uma pessoa inteligente e perspicaz.

O PROCESSO TERAPÊUTICO – PRIMEIRA ETAPA

Chamo de primeira etapa os primeiros três meses da terapia de Henrique, interrompidos pela realização de seu segundo transplante renal.

Naqueles primeiros meses, eram longos os momentos de silêncio de Henrique, que me deixavam ansiosa e impotente. A expressão de angústia de seus olhos nos raros momentos de contato e a respiração rápida e curta me sinalizava um forte barulho interno que pareciam dizer: “me tire de dentro de mim”,

Assim Henrique revelava seu eu interior através da sua não fala, seu processo interno de muito medo da vida se exteriorizava. Henrique precisava renascer das cinzas, reinventar-se a si mesmo, existir para si mesmo e para o mundo. Havia uma auto-imagem muito negativa e uma tendência a se culpar nas relações. Seu “continuar sendo” a que se refere Winnicott (1971) foi interrompido com uma perda de identidade ao longo de seu adoecimento.

Ele vivenciou muitas situações de invasão e de privação ao longo de sua doença e tratamento, apresentando muita dificuldade de confiar e de se vincular. Estava sempre presente uma ausência de discriminação entre o eu e o outro nos relacionamentos e uma forte dependência da mãe. A camada ectoderma e o campo motor de flexão ficavam bastante evidentes, com pouca carga nos movimentos.

Henrique necessitaria de intervenções talvez mais “diretivas”, mas acolhedoras e seguras, onde pudesse se sentir acompanhado em seu medo e desejo da vida que eram avassaladores. Sua não expressão verbal estava relacionada com o seu não contato visual. Nesses meses utilizei cuidadosamente exercícios de contato e percepção de Henrique com seu próprio corpo e de respiração, pois como menciona Boadella (1992) “é preciso demonstrar amor pelas defesas do caráter”. Fazê-lo encarar a si mesmo, seu funcionamento, poderia gerar

muita excitação e levá-lo ao outro extremo e a um colapso maior. Diante de tantas situações de estresse construiu uma defesa adquirindo uma forma quase liquefeita.

Mas ao mesmo tempo precisava ajudá-lo a aprender a se amar e se aceitar a partir do meu olhar claro e verdadeiro. Boadella (1992) coloca que o trabalho com o "encarar" (*facing*) diz respeito ao reconhecimento de si e como vemos as pessoas. Iniciei exercícios com a região dos olhos. Quando ele deita surge uma expressão em seus olhos do pavor de tantas exposições e situações invasoras pela doença, então alterno entre exercícios deitados, sentados e em pé.

Henrique não sabia identificar e nomear as emoções ou sensações. O fluxo da sua linguagem está bloqueado, existe um "nó" reforçando a falta de contato com seu corpo e com seus sentimentos, uma "disjunção" na linguagem segundo Boadella (1992). A experiência estava separada dos sentimentos e sua linguagem não conseguia unir e trazer tudo isso à tona. Seria importante através do contato comigo que eu estabelecesse uma forma especial de diálogo, proporcionando-lhe a oportunidade de descobrir que sua experiência de si mesmo poderia ser entendida por mim. Através de um encontro verdadeiro com outra pessoa, como diz Boadella (1992), e aprender a sonorizar (*sounding*) a própria verdade possibilitaria um "firmar-se" em sua própria vida e em seu espaço corporal. Havia um desequilíbrio na autorregulação energética de Henrique que levou o seu organismo a buscar, por meio da doença, novos canais de organização energética na tentativa de manter sua vida (HORTELANO, 1997).

Nesses três meses iniciais utilizei também alguns recursos terapêuticos projetivos não verbais, como o desenho. Em uma ocasião após um aquecimento corporal pedi que ele desenhasse como se sentia em sua vida. Fez uma imagem marcante para mim que até hoje recorremos a ela nas sessões, tanto eu como ele. Desenhou um círculo com uma pessoa dentro dele e disse que se sentia numa bolha, protegido, mas sozinho e angustiado. Este seria seu espaço pessoal para se sentir seguro, parecia não haver território de ação para ele naquela família, exceto aquela bolha que ele construiu para si.

Em uma ocasião consideramos a possibilidade de seus pais serem orientados quanto a seus limites, potencialidades, possibilidades e seu tratamento. Sugeri que seus pais viessem e Henrique não quis estar presente na sessão. Pedi que eles contassem a história do adoecimento do filho. A mãe fala dessa experiência com muita emoção, chorando compulsivamente. O pai ouve passivamente, falando muito pouco. Pude observar que a dor do adoecimento, cirurgia e tratamento de Henrique ainda eram muito vivas em seus pais, como se tivessem acontecendo naquele momento. A face deprimida da mãe me fez refletir sobre a questão da criança e o espelho de Winnicott (1971), onde este pontua que a cara da mãe (o espelho para a criança) nesses casos faz a criança achar que é a causa de todos os fenômenos, danificando a confiança.

O PROCESSO TERAPÊUTICO – SEGUNDA ETAPA

Após um mês de recuperação do seu segundo transplante renal, Henrique retornou à terapia muito assustado e querendo contar do trauma durante a internação, ao mesmo tempo aliviado de ter realizado seu bem sucedido transplante.

Henrique voltou conseguindo soltar mais sua voz, seu olhar já conseguia encontrar o meu em alguns momentos e parecia confiar mais em mim. Verdadeiramente o vínculo entre nós estava sendo construído passo a passo.

Continuamos com exercícios de respiração, grounding e força muscular com o objetivo de Henrique conhecer o próprio corpo, suas possibilidades, sua força e seus limites. Ele começou a me trazer perguntas sobre relacionamentos, como aproximar-se de uma garota e sobre como se comportar numa entrevista de emprego, então nesse momento recorri às dramatizações que foram fundamentais para Henrique se experimentar, se ver e abrir a janela do mundo nas mais diversas situações, juntar suas percepções com a minha atitude para se perceber totalmente.

Percebia que nesses encontros terapêuticos Henrique teria a oportunidade de descobrir se sua experiência de si mesmo podia ser entendida por outra pessoa, principalmente através da minha escuta a qual se refere Foucault (2004). Eu precisava estar "presente" nas nossas sessões para ele aprender o cuidado de si e adquirir mais

autonomia, o eu de Henrique teria que me usar como alavanca para existir (BOADELLA, 1992).

Ele oscilava entre momentos de esperança e desesperança, e insistia em realizar seu desejo de ter uma namorada. Ele gostaria também de perder o medo de dirigir. Eu, a terapeuta, também oscilava entre momentos de esperança e impotência, e percebi que precisava me abster do meu impulso de cuidar e trabalhar com o que estava à minha frente para não criar resistência. Seria importante confrontar as expectativas de Henrique, pois ele só teria acesso ao que ele conseguiria perceber da realidade. E que realidade? De quem? A realidade de Henrique não a minha.

Sua voz e seus olhos foram ficando mais abertos, seu corpo e seu território foram se expandindo lentamente, e quando isso acontece Boadella (1992) coloca que a vida interior vai se enriquecendo e a pessoa vai adquirindo novas habilidades. Henrique começou a dirigir, fez uma entrevista de emprego e foi contratado. Tenta falar com a mãe para ir sozinho às consultas médicas, mas ela é irredutível. Começa a perceber que junto com o cuidado e proteção, ela mantém um olhar muito crítico, invasivo e repressor. Dá-se conta de sua extrema necessidade de agradar o outro, com medo de invadir e incomodar ("*sentia isso com meus pais, de atrapalhar a vida deles"*), não se sente merecedor. Não consegue acessar sua agressividade, dar limites e dizer não para as pessoas que convive.

Henrique entra no mestrado e inicia uma sociedade para montar uma lanchonete. Relata dificuldades de relacionamento no trabalho com os colegas, mas consegue ir almoçar uma vez por semana com eles. Depois de viver uma "paixão platônica" inicia seu primeiro namoro com outra garota. Esta é muito controladora e exigente, o subestimando e ameaçando abandoná-lo nas discussões, mas quer ser protegida e amparada por ele. Nas suas primeiras relações sexuais relata que não consegue manter a ereção na penetração.

Conforme Hortelano (1997) não pode haver desenvolvimento do impulso se não houver agressividade. Agressividade enquanto capacidade de se relacionar ou se comunicar com o mundo, que não é raiva ou destrutividade. Henrique revelava-se através de como deixava sua excitação se expandir ou não. Seus sentimentos e expressões haviam sido suprimidos e tidos como perigosos, levando-o a se encolher e a desenvolver um padrão muscular de contração e retração para se proteger. (KELEMAN, 1994). O prazer de Henrique teria que estar sintonizado com a capacidade energética do seu organismo e para isso exercícios de grounding poderiam ajudá-lo.

Após cinco anos de processo terapêutico Henrique se sente mais aliviado da opressão de seu sentimento de culpa de estar invadindo ou incomodando o outro, consegue se socializar com mais facilidade, argumentando e se defendendo nas discussões com a namorada e no trabalho, apesar de ainda queixar-se de absorver e engolir o que o outro diz a seu respeito com receio da pessoa não lhe levar a sério. Por outro lado, percebe que aprendeu a pensar só em si mesmo, que é o que acontece quando passamos por exigências que não estamos preparados para cumprir, temos que ser "maiores" antes do tempo e ficamos com um problema narcísico.

Está em um novo e estimulante trabalho e irá inaugurar seu empreendimento em breve. Já consegue nomear seus sentimentos de raiva, medo e tristeza. Ainda sente que em muitos momentos é difícil sair sozinho de sua "bolha", mas reconhece que precisa de ajuda, pois quando sai gosta muito. Quanto a seu corpo, Henrique agora está com o corpo de um rapaz da sua idade.

À medida que Henrique está se empoderando e se apoderando de sua vida, sua mãe decidiu não trabalhar mais em casa e retomar sua profissão de nutricionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CONSTRUÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE NO VÍNCULO TERAPÊUTICO

Sobre o valor da vida Dias (2013) ressalta que não basta estar fisiologicamente vivo, é preciso sentir-se vivo não importando a dificuldade ou o sofrimento envolvido, sendo necessário que a pessoa sinta, em algum nível, que sua vida vale a pena ser vivida. Henrique não se sentia vivo quando iniciou a terapia, havia uma autorregulação energética por meio da doença, onde ele tentava buscar canais de atuação para manter sua vida. Até aquele momento havia uma adaptação, Henrique desenvolveu mecanismos para superar os desafios de sua doença e

tratamentos, como seu silêncio, a dependência da mãe e seu isolamento, e isto era o que lhe mantinha *grounded.*

Como tudo é um processo contínuo, e estamos sempre em movimento, em transformação, buscando reconstruir o sentido das experiências, Henrique estava ansiando por ressignificar sua vida. É a esse processo de abertura, da ordem do que fazer frente à necessidade de reacomodar-se continuamente que Ayres (2011) trata a saúde. Este autor nos coloca que a experiência da saúde envolve a construção compartilhada de ideias de bem-viver e de buscar realizá-las convenientemente, não de construir objetividade, mas de configurar intersubjetividades.

O conceito de intersubjetividade tem sido utilizado para designar diferentes aspectos de um mesmo processo equivalente a conceitos como relação, interrelação, interjogo, vínculo, mútua constituição, interpessoal ou interativo (PIVA, *et al* apud COELHO JÚNIOR, 2010). A intersubjetividade a que se refere Piva (2010) apresenta a noção de liberdade e particularidades individuais a partir dos vínculos, formando e afirmando nossa identidade pessoal na medida em que somos reconhecidos pelo outro.

No vínculo com Henrique a construção da intersubjetividade teve várias funções. Tornar consciente os traumas que ocorreram a partir de seus dois anos, que o levou a mais absoluta solidão, e que não o deixaram ter paz uma vez lembrados apesar do arsenal defensivo que usou. Ajudar a tornar consciente também essas suas defesas. Liberar algumas dessas defesas para Henrique descansar mais aliviado e com seu espaço interno mais flexível. Construir identidade física, relacional e corporal.

Através do meu olhar, do meu *holding* corporal, deixando ele me "usar" para vivenciar sua força ou "agarrando" seu *self* a mim nos estados de pânico e para nomear suas emoções, foi possível Henrique permitir uma progressiva reconstrução de suas "verdades", não se sentir condenado ao isolamento e abrir-se para a expressão de seu *self.* A partir do *holding* na situação clínica Safra (2005) coloca que a confiança básica pode ser estabelecida e o gesto espontâneo aparecer, resgatando a pessoa da insegurança que a fazia evitar qualquer decisão, assim como acontecia com Henrique.

Na medida em que ia experimentando seu corpo e o impacto do contato desconhecido, suas tensões musculares e psicológicas surgiam e ele pedia meu suporte de várias formas (com o olhar, com perguntas). Aos poucos fui lhe dando a possibilidade de conectar sua "bolha" a uma realidade maior, que havia sido dissociada. A redução do comportamento social e a volta a um comportamento infantil que resulta de uma perda de território pode ser algumas vezes uma estratégia para paradoxalmente ganhar território, um comportamento aparentemente regressivo que em termos territoriais é agressivo (BOADELLA apud BAKKER, 1992).

Henrique era um adulto, mas na situação do contato terapêutico e na sua organização psicomotora havia um déficit como se fosse uma criança, o que me levou a trabalhar em muitos momentos no aqui e agora. A partir do suporte do contato com o outro, novos padrões emergem e algumas vezes uma nova qualidade de vínculo intersubjetivo se constrói. Essas experiências repetidas tecem novas cores para o *self*, conduzindo a pessoa para um *self* com segurança, confiança e autoestima (STERN, 1989). Esses novos padrões preenchem as funções de proteger o *self,* organizar a continuidade psicocorporal, estabelecer uma criativa ligação intersubjetiva e a função de continente para seus movimentos espontâneos (DOESS, 2004).

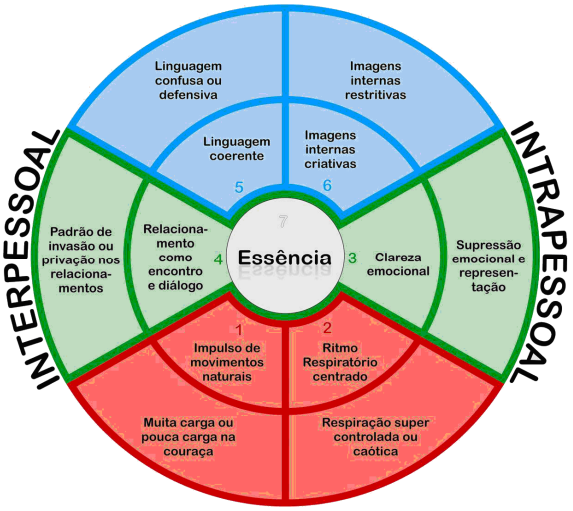
Boadella citando Pierrakos (1992) reforça que o trabalho terapêutico é o estudo das diversas formas de estar junto do paciente. Entendi que eu teria que construir esse vínculo com Henrique, e que essa experiência seria através do contato visual, lentamente através do contato e proximidade corporal, através de trocas sensoriais e emocionais e de mútuas trocas de simples palavras, e sendo eu mesma. A sonorização (*sounding*) da experiência é mais que um diálogo no sentido convencional, então seria necessário com Henrique eu ter sensibilidade para as suas reverberações e entender como ele atribui seus significados, para assim ele poder "firmar-se" (*grounding*) em sua vida e em seu espaço corporal (BOADELLA, 1992). "Firmar" (*grounding*) tanto no sentido da descarga da excitação/sentimento, como no sentido de aumentar seu senso de realidade e ajudá-lo a conectar-se com suas experiências.

Quando voltamos à embriologia mencionada por Boadella (1992) em sua teoria, os três fluxos de afeto, da pele fetal, cinético e umbilical, estão associados às três camadas celulares, ectoderma, mesoderma e endoderma respectivamente. O paciente renal crônico que necessita fazer o tratamento de hemodiálise antes do transplante tem seu fluxo sanguíneo (cordão umbilical), que teria permanecido como uma memória somática, concretamente exposto através dos fios/cordões que conectam a pessoa à maquina da diálise para a filtração do sangue. Então, no caso do Henrique, principalmente o afeto cinético e o umbilical, no que diz respeito à graciosidade e soltura dos seus movimentos e à vida e energia vinda de suas vísceras, sofreram uma desintegração como se o fluxo entre eles houvesse se interrompido.

Retomando a questão dos traumas (a doença, as privações, as cirurgias) vividos por Henrique, isso o remeteu a ter que lidar com a questão da imprevisibilidade do ambiente obrigando-o a reagir em vez de "continuar a ser" e desorganizando de modo catastrófico seu mundo interno (SANTOS, 2013). O trauma enquanto interrupção e quebra na continuidade de ser e da ilusão de imortalidade, a qual se refere Winnicott (Santos apud Winnicott, 2013), faz com que a criança passe a viver sob o jugo do medo incessante e com a biologia lhe sinalizando a todo o momento "a morte vem aí", O continuar a ser de Henrique tornou-se motivo de preocupação e cuidado. Ele precisou construir um arcabouço externo para proteger as ruínas do self de novos golpes – um falso self – provocado pela perda dos vínculos, das referências, exceto da convicção de que a perda e morte são as únicas realidades confiáveis. Essa defesa, como diz Winnicott, não é uma defesa para "levar alguma vantagem" e sim para a sobrevivência.

Quanto aos Campos da Vida formulados por Boadella, como mostra a figura 1, poderíamos localizar o funcionamento interpessoal e intrapessoal de Henrique quando iniciou a terapia nas camadas externas, ou seja, havia pouca carga em seus impulsos naturais, uma respiração controlada, uma supressão emocional, um padrão de privação e invasão nos seus relacionamentos, uma linguagem defensiva e imagens internas restritivas. Hoje em dia podemos observar que esse paciente tem uma linguagem mais coerente, uma expressão de imagens internas um pouco mais criativas e está conseguindo estabelecer alguns diálogos nos relacionamentos.

Figura 1. Campos da Vida



Assim, o trabalho com esse paciente teria que ser feito com cuidado e respeito pelo seu ritmo e nível energético para que o aumento de excitação não provocasse uma reação de fragmentação interna. Pois, como afirma Boadella (1992), o prazer da vida tem que estar minuciosamente sintonizado com a capacidade energética do organismo.

Estou convencida que atravessar esse dinâmico processo passo a passo junto com Henrique com minha real presença e afeição

> após alguns momentos de resistência dele e de minha contratransferência de impotência, o permitiram buscar um espaço de saúde e a descobrir quem era, uma pessoa real, com necessidades. Afinal como diz Finlay (1999), a intersubjetividade na psicoterapia é simplesmente um estado onde duas pessoas conhecem o universo pessoal uma da outra, com mútua influência. Essa complementaridade não significa que não haja importantes diferenças entre elas, mas até isso faz parte de um mútuo campo de descoberta e criação. O processo de terapia está localizado e focado entre elas,

transferência e contratransferência nunca são totalmente objetivas nem descontaminadas uma em relação à outra.

Desse modo, fica claro que a importância da qualidade da atenção e cuidado que o terapeuta oferece às pessoas que o procuram pode produzir pessoalidade, criatividade e intersubjetividade no vínculo terapêutico. E como menciona Santos (2013) é *"o cuidado que nos torna essencialmente humanos e é o que torna possível que outros seres humanos aconteçam essencialmente enquanto seres humanos".*

REFERÊNCIAS

AYRES, J.R.C.M. Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: CEPESC UERJ/IMS - ABRASCO, 2011.

BOADELLA, D. Correntes da Vida. São Paulo: Summus, 1992.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CASTELLANOS, M. E. P. *et al.* Cronicidade: Experiência de Adoecimento e Cuidado sob a Ótica das Ciências Sociais. Fortaleza: UECE, 2015.

DIAS, E.O. O Cuidado como Cura e como Ética. IN: LOPARIC, Z. (Org.). Winnicott e a Ética do Cuidado. São Paulo: DWW, p.217-236, 2013.

DOESS, M. Bioenergetic Analysis. *In:* The Clinical Journal of the Internacional Institute for Bioenergetic Analysis, Vol. 14, 2004.

FINLAY, D. A Relational Approach to Bioenergetics. *In:* Clinical Journal of the Internacional Institute for Bioenergetics Analysis, Vol. 10, Nº 2, 1999.

FOUCAULT, M. Hermenêutica do Sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HIGA, K. *et al.* Qualidade de vida de pacientes portadores de insuficiência renal crônica em tratamento de hemodiálise. *In:* Acta Paul Enferm; 21(Número Especial): 203-6, 2008.

HORTELANO, X. S. Contato, Vínculo, Separação. São Paulo: Summus, 1997.

KELEMAN, S. Realidade Somática. São Paulo: Summus, 1994.

NORONHA, I.L; MANFRO, R.C; PACHECO, S.A; CASADEI, DH. Manual de Transplante Renal. 1. São Paulo: Manole, 2007.

PIVA, A. et al. Origens do conceito de Intersubjetividade: Uma trajetória entre a Filosofia e a Psicanálise Contemporânea. Revista Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade, nº09, Porto Alegre, Jan/Jun 2010.

SAFRA, G. A Face Estética do Self: teoria e clínica, São Paulo, Unimarco, 2005.

SANTOS, E. S. Em Busca de uma Ética do Cuidado à Luz de Heidegger, Nishitani e Winnicott. *In:* LOPARIC, Z. (Org.). Winnicott e a Ética do Cuidado. São Paulo: DWW Editorial, p.217-236, 2013.

STERN, D. The Interpessoal World of the Infant. IN: Basic Books Inc. Publishers. New York,: PUF Paris, 1989.

WINNICOTT, D.W. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

COMUNICAÇÃO TEÓRICA

Biossíntese

David Boadella

Tradução de Paulo de Tarso Santini Tonon
do texto da Federação Internacional de Biossíntese
para o Instituto Brasileiro de Biossíntese (2016)

Biossíntese

Um modelo holístico para o desenvolvimento individual,

integração social e desenvolvimento espiritual.

A palavra *Biossíntese* significa *Integração da Vida*. A Biossíntese trabalha com processos de auto-formação que estimulam o crescimento orgânico, o desenvolvimento pessoal e a integridade espiritual. Tem como objetivo construir um elo entre os três aspectos essenciais da existência humana:

- Existência somática ou corporal
- Experiência psicológica
- Essência espiritual

Quando trabalhamos com o corpo na abordagem da Biossíntese, utilizamos os princípios da embriologia. Pretendemos integrar os padrões respiratórios, o tônus muscular e a expressão da emoção, ou seja, harmonizá-los para que fluam juntos como um todo.

Os métodos da Biossíntese são orientados a partir dos princípios do desenvolvimento orgânico. A Biossíntese trabalha com movimentos tais como as formas de onda da respiração rítmica, para liberar intencionalidades inibidas e estimular novas formas de encarnação da psique.

Quando trabalhamos com a psique, nosso objetivo é integrar os sentimentos, os pensamentos e a ação. Esses são os três fatores mais importantes que formam e moldam um indivíduo. Eles exercem uma influência interativa constante uns sobre os outros e também influenciam constantemente o fluxo da forma dinâmica do corpo. A Biossíntese também se refere ao potencial humano oculto no trauma, bem como à função de ressonância somática e presença interpessoal.

O fundamento espiritual da Biossíntese enfatiza o aspecto central da empatia - tanto para consigo mesmo como para com os outros. Isso se baseia na ideia de que as qualidades de nossa essência precisam ser "enraizadas" *(“grownded”)* na realidade cotidiana.

A Biossíntese é um caminho de desenvolvimento orientado pelo processo pessoal e vê o indivíduo como único e multidimensional, reconhecendo que cada pessoa possui um amplo espectro de potencial de desenvolvimento.

Em Biossíntese, buscamos usar nossa compreensão somática, psicológica e espiritual para perceber a linguagem intencional de um indivíduo de forma intuitiva, sem impor normas ou interpretações sobre o que e como uma pessoa deve ser.

A Biossíntese engloba dez temas principais, que possuem suas respectivas teorias, métodos e práticas:

- ***Centering*** - significa lidar com valores e identidades pessoais. Isso abrange a identidade somática, psicológica e espiritual de um indivíduo. A questão fundamental desse contexto é: *"Quem eu sou?"*.

- ***Facing –*** abarca a interação entre os objetivos interiores e exteriores. Neste caso, a pergunta é: *"Para onde me dirijo?".*

- ***Grounding -*** significa desenvolver estratégias eficazes de gestão da vida, níveis adequados de assertividade, comportamento eficiente e compassivo. A questão é; *"Como posso chegar lá?".*

- ***Holding*** – se refere aos cuidados para com os limites pessoais, a auto-preservação e a segurança, que neste contexto se referem ao ambiente individual e social. A pergunta é: *"Em quem e em que posso confiar?".*

- ***Bonding*** - objetiva e encoraja o contato com os outros, a intersubjetividade, as trocas verbais e não verbais. Questão: *"Com quem posso me comunicar e como posso melhorar meus contatos?"*.

- ***Bounding -*** engloba a compreensão, o reconhecimento e a negociação entre as nossas e as outras fronteiras e limites, públicos e privados, pessoais e sociais. Os conflitos sociais geralmente ocorrem, por exemplo, como resultado de ambiguidades na elaboração das fronteiras territoriais. A questão é: *"Quais são e onde estão os meus limites e como posso abordar os conflitos de maneira construtiva*?" .

- ***Charging*** – oferece a oportunidade de libertar a energia pessoal de uma situação estática ou estagnante, despertando a vitalidade e a criatividade nutritiva. A pergunta é: *"Quais são e onde estão as minhas fontes de força e como eu posso melhorar a captação, a circulação e a expressão da minha energia?".*

- ***Sounding*** - Relaciona nossa linguagem com os aspectos profundos da experiência e encoraja a capacidade de escutar os outros empaticamente e de se comunicar efetivamente. Convida à auto-reflexão, à observação dos monólogos internos e ao reconhecimento dos padrões mentais. A questão é: *"Como posso me comunicar?"*.

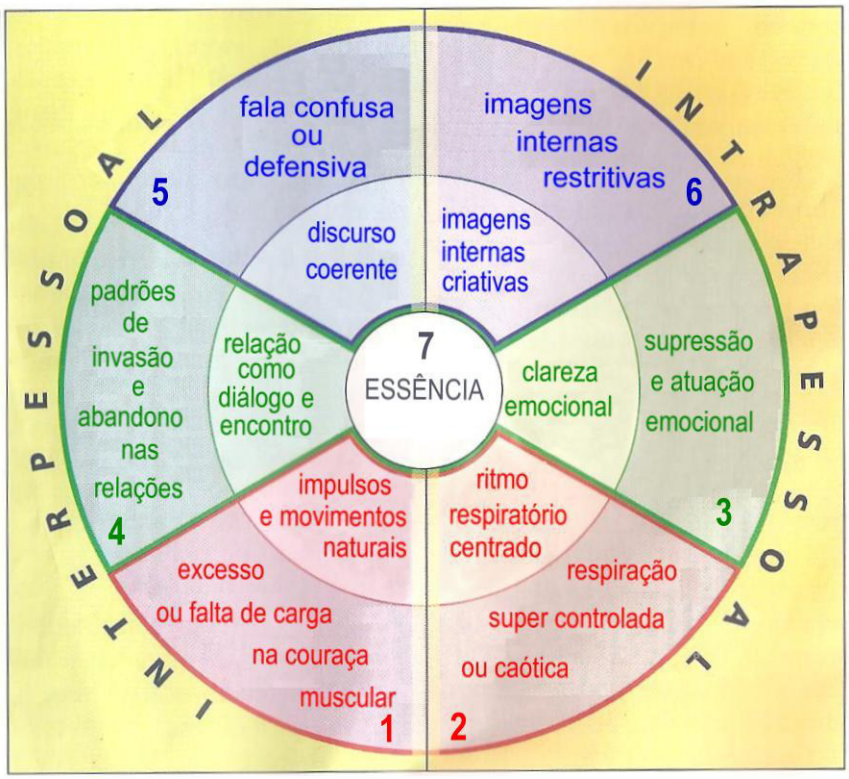
- ***Shaping*** **-** Significa encontrar e desenvolver habilidades, oportunidades de trabalho, competência, áreas de aplicação significativas e práticas e estruturas organizacionais. Pergunta: *"Como posso transformar meus sonhos em realidade?*".

- ***Valuing*** **-** Objetiva uma percepção aumentada de nosso ambiente eco-social e uma compreensão incorporada das raízes de nossa existência humana na natureza, bem como nosso efeito sobre o mundo. Questão: *"Quais são os meus valores e como posso me comportar eticamente?*".

Uma psicoterapia orientada ao somático e à psicologia profunda

Biossíntese significa integração da vida e psicoterapia - do grego - tem o sentido de “cura da alma”. A Biossíntese como forma de psicoterapia, engloba uma perspectiva multidimensional do ser humano e incorpora diferentes experiências e expressões dos campos da vida. Estes campos da vida são manifestos de duas formas diferentes, como um sistema fechado e como um sistema aberto dentro de uma pessoa. De sistemas fechados decorrem problemas de caráter, inibições físicas e contrações espirituais. Sistemas abertos refletem contato psíquico, vitalidade energética e um vínculo com as qualidades do coração.

Os campos de vida mostrados no diagrama a seguir nos levam a sete áreas básicas de trabalho terapêutico e a um amplo espectro de métodos de trabalho.



Cada um dos seis segmentos exteriores do diagrama descreve um Campo da Vida. O sistema fechado se situa na periferia, enquanto o sistema aberto se encontra no círculo intermediário. Esse círculo mantém proximidade e conexão com o centro, que representa a essência do indivíduo. A arte da terapia em Biossíntese envolve superar as inibições no círculo externo, partindo do segmento mais facilmente acessível, com o objetivo de alcançar o círculo interno, onde os segmentos são mais fortemente ligados entre si e atingir o centro a partir daí.

Disso resultam diferentes sete áreas de trabalho:

1. Ação Motora - sobre o tônus muscular e os movimentos
2. Ação Energética - sobre os ritmos respiratórios interno e externo
3. Exploração das possibilidades de continência e de liberação das emoções
4. Trabalho sobre os comportamentos nas relações
5. Trabalho sobre o discurso e os problemas de comunicação
6. Ação transformadora – sobre as idéias e as imagens que restringem nossa visão.
7. No centro do diagrama – meditação corporal para se realizar a conexão com a *voz do coração.*

Visto horizontalmente, três zonas se revelam:

- ✓ A zona inferior - de conexão –> ligações somático-energéticas
- ✓ A zona central - de contato –> canais de relacionamento e expressão emocional
- ✓ A zona superior - de contexto –> formas de experiência verbais e visuais

Se dividirmos o diagrama verticalmente, podemos distinguir os segmentos à esquerda, de ação interpessoal, dos da direita, de caráter intrapessoal. Claramente ambos os lados se influenciam mutuamente e ambos dão suporte ao *Self,* de caráter transpessoal.

Quando trabalhamos com esse *Self* ou *Essência Central*, estaremos frequentemente lidando com experiências energéticas muito sutis. É nosso intento nos aproximarmos cada vez mais dos processos e qualidades desse núcleo essencial. Essas são as fontes da nossa força interna e de nutrição. São os pontos de partida para a cura física, psicológica e espiritual.

Há basicamente três caminhos para alcançar essas fontes que devem – em última análise – fluir em conjunto:

1. O “caminho da barriga” nos leva a um profundo processo de limpeza e purificação emocional (transmutação).
2. O "caminho do coração" nos permite aprender a expressar nossas qualidades mais íntimas em nossa vida cotidiana (transformação).
3. O "caminho da consciência" permite que o nosso sentido de auto-identificação se torne menos rígido e mais permeável, para que possamos viver e experimentar de uma forma mais espontânea e menos restrita (transcendência).

A ***polaridade*** é também um conceito central da Biossíntese e se mostra útil na preservação do cliente durante o processo. O terapeuta, a partir da visão da polaridade, dispõe de um amplo leque de abordagens, em cuja escolha é guiado pelas reações do cliente quanto àquilo a que deve dar prioridade num determinado momento.

As principais polaridades são:

- Trabalho interno versus trabalho externo – experienciar ou expressar.
- Elevar ou reduzir o quantum energético – deitar-se ou se manter em pé, leveza ou gravidade, foco sutil ou denso.
- Liderar ativamente ou seguir receptivamente.
- Orientação progressiva ou regressiva – imersão ou emergência de eventos passados.
- Interação entre a comunicação verbal e a não verbal

Em muitos aspectos, a Biossíntese se baseia nas teorias energéticas de Wilhelm Reich e nas descobertas feitas por Francis Mott e Frank Lake acerca dos processos pré-natais e perinatais. Também foi fortemente influenciada pela pesquisa de Stanley Keleman sobre o processo formativo e a anatomia emocional.

Publicações de David Boadella

Wilhelm Reich. A evolução do seu trabalho. Vision Press, London 1973, ISBN 0854783520; segunda edição em inglês, 1985. Edição alemã traduzida por Karl Heinz Siber.

Wilhelm Reich. A vida e obra do homem que reconheceu o problema da sociedade moderna na sexualidade e mostrou novos caminhos para a psicologia. Scherz-Verlag, Bern e Munich 1981.

Wilhelm Reich. Pioneiro do Novo Pensamento: uma biografia. Schirner, Darmstadt 2008 (428 páginas), ISBN 978-3-89767-602-2 (Schirner brochura, volume 67602).

Terapia em Biossíntese. Noções básicas de uma nova psicoterapia corporal. Editado por Christof Kreimeyer. Traduzido por George Brown e C. K. Transform-Verlag, Oldenburg 1989 (64 páginas), ISBN 3-926692-00-6.

O que é Biossíntese? In: Energy & Character, 17/2 (1986).

O retorno dos oprimidos. Um estudo do comportamento pseudo-sexual. in: After Reich, ed. v. James DeMeo e Bernd Senf, dois mil e um, Frankfurt / M. 1997, ISBN 3-86150-239-9, pp. 338-353.

Liberated Life Energy: Introduction to Biosynthesis. Energy and Character, 2/2 (1971), pp. 61-69.

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Santa Rita tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, alunos e outros colaboradores, no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual tanto o docente quanto o discente possam manifestar os resultados de sua produção intelectual e profissional. A Revista Santa Rita é publicada e difundida interna e externamente.

Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho, bem como eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As ideias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista.

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revista@santarita.br, gravados em formato .doc ou .docx, acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho. O envio dos trabalhos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, sempre que cabível, fazer constar a referência à publicação na revista. Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome completo, sem abreviações do(s) autor(es), nome da instituição de origem, graduação, titulação e profissão, além do e-mail a ser divulgado na publicação.

Os textos deverão ser digitados em fonte Calibri 11 com espaçamento simples, justificado e sem numeração de páginas. As margens devem ser: superior - 3cm; inferior - 2cm; esquerda - 3cm; direita - 2cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no rodapé de cada página, com numeração que se inicia a cada página. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, nome completo do(s) autor(es) com sua formação, titulação e atividade profissional atual, e-mail de contato, resumo com três a cinco palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol, alemão ou italiano). O texto poderá ter a seguinte estrutura: introdução (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas seguido por apêndices e anexos quando for o caso. As citações com mais de três linhas, deverão aparecer em parágrafo recuado, com espaço simples e fonte 9, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página(s) do texto citado; aquelas com menos de três linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas, sendo a fonte citada da mesma forma que acima descrito, ou em nota de rodapé. As ilustrações devem seguir o padrão geral do texto e identificadas com título, legenda e referência. As referências bibliográficas deverão estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023).

O Corpo Editorial não se obriga a publicar as colaborações que lhe forem remetidas. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos não publicados serão devolvidos aos seus autores desde que isso seja a nós requerido.